



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS IV – JACOBINA / COLEGIADO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

**JAIANE LIMA MARTINS
RAFAELA LIMA DA CRUZ**

**HABITAÇÃO EM ÁREAS IRREGULARES NO BAIRRO DO NAZARÉ NA CIDADE
DE JACOBINA-BAHIA**

JACOBINA – BAHIA

2019

JAIANE LIMA MARTINS
RAFAELA LIMA DA CRUZ

**HABITAÇÃO EM ÁREAS IRREGULARES NO BAIRRO DO NAZARÉ NA CIDADE
DE JACOBINA-BAHIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas – DCH – Campus IV da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Me Carlos Lima

**JACOBINA – BAHIA
2019**

TERMO DE APROVAÇÃO

JAIANE LIMA MARTINS

RAFAELA LIMA DA CRUZ

HABITAÇÃO EM ÁREAS IRREGULARES NO BAIRRO DO NAZARÉ NA CIDADE DE JACOBINA-BAHIA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas (DCH), Campus IV – Jacobina- BA, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Geografia e aprovado em sua forma final pela Banca de avaliação abaixo.

Jacobina- BA, ____ de _____ de 2019.

Prof. Me. Carlos Lima Ferreira (UNEB)
Orientador

Prof. Me. Edvaldo Hilário dos Santos (UNEB)
Avaliador Interno

Profª. Ma. Jorima Valoz dos Santos (UNEB)
Avaliador Interno

“(...) Não tenham medo nem desanimem.”
Deuteronômio 1:21

AGRADECIMENTOS

Conhecimentos foram adquiridos e desafios foram superados, ao chegar no final desta etapa notamos nossas evoluções como estudantes e pesquisadoras, sabemos que sozinhas seria impossível contabilizar mais essa vitória em nossas vidas.

Primeiramente, queremos deixar nosso profundo agradecimento a Jeová Deus, pela sabedoria e inspiração, pois sem suas imensas bênçãos nada seria possível, além de continuar nos impulsionando para superar todos os desafios e chegar cada vez mais longe.

Não podemos deixar de mencionar a importância da amizade e parceria que tivemos entre nós, fato essencial para proporcionar este momento, agradecer mutuamente por toda esta trajetória onde passamos juntas com união e muita paciência para nos aturamos nos momentos de estresse, e pela nossa humildade de aceitarmos os erros e corrigi-los.

É de extrema importância agradecer nossos familiares e amigos que nos apoiaram, estando sempre do nosso lado, contribuindo com palavras, compreensão e apoio emocional, deixando registrado que a participação destas pessoas foi e é de grande importância para chegarmos até aqui.

Aos docentes que contribuíram diretamente com a elaboração desta pesquisa, em especial ao nosso orientador, Prof^o. Me Carlos Lima, por ter aceitado este desafio e por pacientemente acompanhar o desenvolvimento deste trabalho; como também a satisfação de ter na nossa banca Prof^o. Me Edivaldo Hilário e prof^a. Ma. Jorima Valoz; a Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas Campos IV, por proporcionar momentos de aprendizado e construções de conhecimentos, como também a todos os docentes, do curso de Licenciatura Plena em Geografia, que contribuíram para nossa formação.

Agradecemos ainda, aos moradores do bairro Nazaré, ao representante e líder da associação do bairro, como também ao secretário de desenvolvimento urbano da cidade de Jacobina-Bahia, pelas informações prestadas que contribuíram de maneira significativa para os dados necessários deste trabalho.

Para finalizar deixaremos registrado que esta conquista não é apenas nossa, mas sim de todos que fizeram este trabalho acontecer de maneira direta ou indiretamente.

RESUMO

As ocupações desordenadas e as ações das atividades humanas têm gerado fatores determinantes para a degradação das riquezas naturais na biosfera, acarretando impactos socioambientais. Sendo assim, o presente trabalho, tem o objetivo em compreender a habitação irregular, que levam ao agravamento de problemas socioambientais no bairro Nazaré, na cidade de Jacobina-Bahia. Dessa forma, percebermos que habitações construídas próximas ao rio causam grandes danos à natureza. Esta pesquisa tem relevância para o meio social e o meio ambiente, pois evidencia os problemas que circundam na relação entre ambos, no intuito que aconteça melhorias para as duas partes. Diante disso, foram realizadas discussões teóricas voltadas para a compreensão do objeto de estudo e análises de dados obtidos através de questionários e entrevistas. O método utilizado foi o dialético, permitindo a interpretação da realidade a partir das contradições observadas, com uma abordagem quanti-qualitativa. Os resultados da pesquisa apontam que as construções de residências em área Indevidas; como nas margens do rio sem respeitar os limites das matas ciliares e a falta de drenagem, saneamento básico adequado e fiscalização dos órgãos competentes, contribuem para o surgimento de sérios problemas socioambientais. Contudo é necessário repensar ações, fazendo reflexões e compreender que o espaço natural é um bem de todos e que precisa ser protegido.

PALAVRAS-CHAVES: Ocupação Urbana, Habitação irregular, Impactos socioambientais, bairro Nazaré, Jacobina.

ABSTRACT

The disordered occupations and the actions of human activities have generated determinant factors for the degradation of natural riches in the biosphere, causing social and environmental impacts. Thus, the present work aims to understand irregular housing, which leads to aggravation of social and environmental problems in the Nazaré neighborhood, in the city of Jacobina-Bahia. Thus, we realize that dwellings built near the river cause great damage to nature. This research has relevance to the social environment and the environment, as it highlights the problems that surround the relationship between both, in order to make improvements for both parties. Given this, theoretical discussions were conducted aimed at understanding the object of study and data analysis obtained through questionnaires and interviews. The method used was the dialectic, allowing the interpretation of reality from the observed contradictions, with a quantitative and qualitative approach. The research results indicate that the construction of residences in an improper area; as on the banks of the river without respecting the limits of riparian forests and the lack of drainage, adequate basic sanitation and supervision of the competent agencies, contribute to the emergence of serious socio-environmental problems. However it is necessary to rethink actions, making reflections and understanding that the natural space is a good of all and needs to be protected.

KEYWORDS: Urban Occupation, Irregular Housing, Social and Environmental Impacts, Nazaré neighborhood, Jacobina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Casa das freiras- Paroquia Santo Antônio.....	34
Figura 2- Habitações próximas à passagem do rio Itapicuru Mirim no bairro Nazaré.....	36
Figura 3- Casa do bairro Nazaré, próximas a passagem do rio Itapicuru, em épocas não chuvosas.....	36
Figura 4- Casa próxima a passagem do rio Itapicuru Mirim, em épocas chuvosas.....	37
Figura 5- Lixo jogados no rio Itapicuru Mirim trecho que passa pelo bairro Nazaré.....	39
Figura 6- Acúmulo de lixo lançados ao rio Itapicuru Mirim no trecho que passa pelo bairro Nazaré em Jacobina Bahia.....	41
Figura 7- Entulhos jogados no rio Itapicuru Mirim no Nazaré.....	42
Figura 8- Maquinários para construção de condomínio no bairro Nazaré em Jacobina Bahia.....	43
Figura 9- Queimada próxima ao rio e na área que esta sendo construído o condomínio, no Bairro Nazaré em Jacobina-Bahia.....	44
Figura 10- Atearam fogo em pneus bairro Nazaré em Jacobina Bahia.....	44
Figura 11- Alagamento em frente ao Fiesta Park hotel, devido à ocorrência da chuva de março 2019.....	45
Figura 12- Rua do Nazaré Após chuva no mês de março.....	45
Figura 13- Nota do Jornal Primeira página 26 de janeiro de 2002”.....	46
Figura 14- Área de APP do rio desmatada.....	47
Figura 15- Rua do bairro Nazaré inundada durante a enchente de 2001.....	49
Figura 16- Danos causados pela enchente de 2001, aos moradores do bairroNazaré.....	50
Figura 17- Cheia provocada pela enchente de 2001, na Rua Madre Idalina-Nazaré..	51
Figura 18- Rio Itapicuru Mirim depois das chuvas fortes de 2001.....	52
Figura 19- Rua São João Bosco durante a enchente final de 2001.....	52
Figura 20- Habitação em área de risco.....	69

Figura 21- Situação das áreas próxima ao rio Itapicuru Mirim em época de estiagem.....	69
Figura 22- Área próxima ao rio Itapicuru Mirim em período de chuvosas.....	70
Figura 23- Habitação construída sem respeita a distância de 30m do rio em Período em estiagem.....	70
Figura 24 – Habitação construída sem respeitar a distância de 30m do rio em Período chuvoso.....	71

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Preocupações dos moradores com incidências de futuras enchentes...	37
Gráfico 2- Descarte do esgoto doméstico no rio Itapicuru.....	40
Gráfico 3- Motivo da enchente ocorrida no bairro final 2001.....	50
Gráfico 4- quantidade de moradores que foram afetados com a enchente tendo que abandonar suas residências.....	51
Gráfico 5- Políticas públicas voltadas para recuperação dos impactos socioambientais.....	53

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -localização da cidade de Jacobina Bahia.....	31
Mapa 2 - localização do bairro do Nazaré.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ASAN - Associação moradores do bairro do Nazaré

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MME - Ministério das Minas e Energia

PDDU - Plano diretor de desenvolvimento urbano

PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

SNGRH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

ZCE - Zona de Controle de expansão

SEBRAE - Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. OCUPAÇÃO URBANA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS.....	16
1.1 Políticas públicas ambientais.....	18
1.1.1 Breve histórico da política ambiental federal do Brasil.....	19
1.1.2 O código de águas brasileiro.....	21
1.2 Espaços urbanos e a cidade.....	22
1.3 Ocupações irregulares em áreas urbanas e os impactos socioambientais.....	24
2. O PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE DE JACOBINA BAHIA E A OCUPAÇÃO DO BAIRRO NAZARÉ.....	27
2.1 Planejamento urbano da cidade de Jacobina Bahia.....	28
2.1.1 Contexto histórico e ocupação da cidade de Jacobina.....	30
2.2 Ocupação urbana do bairro do Nazaré.....	32
3. HABITAÇÃO IRREGULAR NO BAIRRO NAZARÉ EM JACOBINA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	35
3.1 Problemas socioambientais no bairro Nazaré que podem desencadear em enchente.....	46
3.1.1 Enchente 2001 que afetou o bairro Nazaré.....	49
3.2 Procedimentos para realização da pesquisa.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICES.....	63

INTRODUÇÃO

Atualmente observa-se que muitos municípios brasileiros sofrem com complicações decorrentes da urbanização, ocasionando em problemas socioambientais, que também, são derivados das habitações irregulares. Isso fica evidente, quando voltamos nossas atenções para os rios e córregos nas áreas urbanas, que geralmente tem suas margens ocupadas por moradias de pessoas com poder aquisitivo baixo ou alto, ou por algum outro tipo de finalidade na ocupação, e este processo é vivenciado em cidades grandes e em municípios pequenos.

Diante disso, a presente proposta de pesquisa estudou o tema: Habitação em áreas irregulares no bairro do Nazaré na cidade de Jacobina-Bahia; tendo um recorte temporal entre 2001 a 2019.

Por certo, a motivação em estudar sobre a temática, faz parte do interesse em entendermos como funciona essa dinâmica da urbanização que desencadeia em questões socioambientais, na qual, o bairro Nazaré está inserido, já que parte de sua área apresenta ocupação inadequada. Percebemos isso, através da observação dessa paisagem em que encontramos habitações construídas próximas ao córrego do rio Itapicuru Mirim que em épocas chuvosas muitas ruas chegam a ficar alagadas surgindo à potencialidade de terem as vidas dos moradores em risco assim como as moradias.

A observação interligada aos fatores e elementos que compõem o espaço atual do objeto em estudo, é relevante para evidenciar problemas urbanos de caráter socioambientais, que esses estão associados com as atitudes da sociedade ao longo do tempo. Nisso percebemos que aspectos do espaço urbano carregam em si complexidades, que por uma visão ampla, pode-se ir percebendo a sua plenitude. Além disso, sabemos da dedicação dos geógrafos nas discussões envolvendo fatores que compõem essa temática, mesmo assim, este estudo fez-se importante, tanto para a ciência geográfica quanto social, visando contribuir com a produção de informações relevantes e futuras ações dos gestores públicos locais, para a população que habita no bairro Nazaré.

Nesse contexto, buscaram-se respostas para a problemática: Como os impactos causados pela habitação em áreas irregulares, têm influenciado para o agravamento de problemas socioambientais no bairro Nazaré, na cidade de

Jacobina-Bahia? Tendo como foco compreender sobre a habitação irregular, que tem levando ao agravamento de problemas socioambientais no bairro Nazaré, na cidade em Jacobina-Bahia. Para atingir esse objetivo usamos os seguintes passos: Descrever como se deu a ocupação urbana no Brasil e as políticas públicas ambientais; Analisar o planejamento Urbano da cidade de Jacobina-Bahia e a ocupação do bairro Nazaré; Identificar a habitação irregular no bairro Nazaré em Jacobina e os impactos socioambientais. Considerando a Hipótese que a habitação em áreas de risco, gera consequências socioambientais, provocando a impermeabilização do solo, poluição do rio e, em alguns períodos chuvosos os moradores residentes na localidade são afetados.

A pesquisa é da ótica de análise socioambiental, a temática colaborará no andamento do saber científico da ciência urbana. A metodologia usada foi o estudo de caso, que é um modelo de pesquisa com diferentes abordagens e aplicações, sendo assim, nesse trabalho fez-se observação *in loco*, documental, bibliográfica e descritiva. Utilizando-se do método dialético permitindo assim a interpretação da realidade a partir das contradições observadas.

A coleta dos dados deu-se através de questionários e entrevistas, sendo estas analisadas e tratadas a partir do enfoque quali-quantitativo. Contudo as informações e dados levantados foram analisados através do referencial teórico e da pesquisa no bairro Nazaré, procurando a partir desses procedimentos, alcançarem aos objetivos desta pesquisa e assim ter respostas para a problemática levantada nesse estudo.

Diante disso, o presente trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro refere-se “ocupação urbana no Brasil e as políticas públicas ambientais”, inicialmente fazemos um breve relato sobre o processo de ocupação e urbanização no Brasil; logo após, vem o conceito de políticas públicas ambientais, e breve histórico da política ambiental federal do Brasil, como também o código de águas brasileiro, essas discussões, contribuem no aprofundamento e compreensão do tema, em seguida, foi apresentado o conceito de espaços urbanos e a cidade, pois são estes espaços que apresentam a ocupação irregular, por fim, apresentamos a discussão sobre o aspecto central que orienta a pesquisa: a ocupação irregular em áreas urbanas e os impactos socioambientais, debate que norteia a intenção deste estudo em compreender os problemas socioambientais ocasionados por habitação irregular no bairro do Nazaré.

O segundo capítulo, intitulado “O planejamento urbano da cidade de Jacobina-Bahia e a ocupação do bairro Nazaré”, discutimos o conceito do planejamento e sua importância para organização da cidade, analisando o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), do município de Jacobina, logo após foi feito um breve histórico, como ocorreu o processo da ocupação urbana da cidade de Jacobina, em seguida foi descrito como aconteceu o processo de ocupação do bairro Nazaré, localizado nesta cidade.

Dando sequência, o terceiro capítulo trata-se da “Habitação irregular no bairro Nazaré em Jacobina e os impactos socioambientais”. A discussão deu-se a partir da prática, das informações obtidas em campo sobre a situação da habitação irregular dos moradores e os problemas socioambientais do bairro. Assim, discutidos os pontos relevantes, como os problemas que podem ocasionar enchente e sobre este fato ocorrido em 2001 que afetou moradores do bairro Nazaré; sendo assim, buscando propulsionar maior credibilidade a pesquisa foi apresentada as coletas de dados, as quais foram realizadas por: levantamento de informações junto a prefeitura municipal de Jacobina, além de entrevistas e questionários aplicados aos moradores e líder do bairro. Por fim, apresentamos as considerações acerca da pesquisa.

Contudo considerando que o espaço estudado estabelece relações sociais e ambientais complexas, fez-se necessárias investigações tanto na perspectiva física do objeto quanto em algumas características geográficas das relações sociais que estão atuando na dinâmica dessa área, observando-se a inter-relação entre ambas.

É importante ressaltar que a pesquisa não foi pautada em tentar esgotar todos os aspectos associados às grandezas espaciais e ambientais que compõe o bairro Nazaré no qual a pesquisa se trata, mas perceber algumas especificidades que tem levado a problemas socioambientais.

1. OCUPAÇÃO URBANA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

A discussão sobre a temática urbanização é complexa, pois a produção do espaço urbano é bastante dinâmica, de acordo com Santos (1993) a urbanização vai se desenvolver quando a população rural começa a mudar-se para centros urbanos,

assim entendemos que a urbanização é o processo de desenvolvimento, formação ou de aumento das áreas urbanas, em relação às áreas rurais e ocorre a partir do que se entende por êxodo rural.

Diante disso, observamos que o Brasil no século XX, passou por grande crescimento populacional dentro dos principais aspectos que influenciou o aumento das pessoas na área urbana nessa época, são as migrações que aconteceram pelo território brasileiro. Outro fator de crescimento acelerado da população se deu, principalmente, pela intensificação da industrialização nas cidades e à mecanização do campo, onde o trabalhador camponês é, de certo modo, substituído por maquinários no espaço produtivo. Segundo Ehlers:

O rápido processo de motomecanização e o aumento da concentração fundiária da agricultura brasileira contribuíram para o intenso processo do êxodo rural e, conseqüentemente, para a concentração populacional nos centros urbanos mais industrializados, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. (EHLERS 1999, p. 40).

No entanto o processo de urbanização no Brasil em relação aos países europeus foi considerado tardio, pois só ocorreu com a intensificação da industrialização, para Santos (1993) este processo só aconteceu com grande intensidade na segunda metade do século XX, se tornou praticamente generalizada, apontando ainda que houve um aumento da população urbana em relação a rural. Entre 1940 e 1980, ocorre uma inversão de residência da população, no ano de 1940 a urbanização era de 26,35% em 1980 alcança 68,86%, sendo assim é notório que a população aumenta três vezes no período de 40 anos. Santos (1993, p.29) ainda afirma que “entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de novos cinquenta milhões de habitantes [...]”. Sendo que no ano de 1950 a população total do Brasil correspondia a 51.944.000, ou seja, nos anos de 1960 e 1980 a população urbana era quase igual a população total do país nos de 1950.

Em virtude do forte desenvolvimento da industrialização, o processo de urbanização ganha força e se desenvolve, tornando-se a base econômica da época, e começa a atrair a população que migravam em busca de oportunidades, assim trocar o espaço rural pelos os urbanos. De acordo com Santos:

[...] esta nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situa-se na escala do país; por isto a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas naturalmente as capitais de estados". (SANTOS, 1993, p.27).

Diante dessa grande mudança que foi a inversão dos números entre campo e cidade, desencadeou em problemas urbanos, como: o desemprego, violência, propagação de favelas e o crescimento desordenado dos municípios, Sposito (2001), aponta que as cidades apresentam todo tipo de problema em relação à superlotação da população, Então com o aumento dos habitantes da zona urbana maior que os da zona rural, traçaram o perfil da população brasileira atual, ocupando o cenário de um país subdesenvolvido.

Diante disso as habitações em áreas irregulares se intensificaram, já que as cidades não conseguiram se organizar, não tendo espaço adequado para esta ocupação, pois não acompanhavam o mesmo ritmo que o êxodo rural, fazendo a população mais carente ocuparem locais de difícil acesso, ou muito próximas a rios, encostas, colocando suas vidas em risco e ao mesmo tempo causando danos ao ambiente.

Dessa forma, percebe-se que o crescimento acelerado da população gerou consequências ocasionando problemas urbanos, que ocorre na nossa sociedade até os dias atuais. Deste modo, se fazendo necessárias políticas públicas para minimizar a degradação ambiental causado por habitação em áreas irregulares.

1.1 Políticas Públicas ambientais

As políticas públicas são o planejamento de programas com atos e decisões feitas pelos governos, visando uma qualidade de vida da sociedade que envolve o acesso a bens e serviços, a saúde ambiental, dentre outros, porém para isso, tem que haver o direito a educação, a saúde, o meio ambiente e a água, ressaltando que estes direitos, também são universais, para assegurá-los e promovê-los estão instituídos na Constituição Federal; portanto as políticas públicas partem da visão de pressões sociais, interesses comuns, intervenções, etc. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE):

As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. (SEBRAE/MG, 2008, p.5).

Nos dilemas vivenciados pela humanidade, percebemos a crise ambiental carregada por velhas e novas circunstâncias, fazendo com que a sociedade e as autoridades se mobilizassem, exigindo dos poderes constituídos mais atitudes para evitar o aumento desenfreado das degradações ambientais. Diante disso, os problemas que circulam em torno de questões ambientais ganharam atenção e espaço na agenda pública. Desse modo, a agenda governamental envolve decisões, formulação e efetivação das políticas públicas e nessas preocupações e obrigações observam-se as questões que estão relacionadas ao meio ambiente.

Portanto as Políticas Públicas ambientais são ações para administrar as atividades humanas sobre a natureza que buscam melhoria, manutenção, e sustentabilidade do meio ambiente, através de gestões ambientais, impondo ordens, por leis governamentais já que se trata do sistema de gestão pública; visando a prevenção ou redução dos efeitos nocivos para o meio ambiente e para os seres humano e suas futuras gerações.

1.1.1 Breve histórico da Política ambiental federal do Brasil

Por um longo período, o avanço econômico em consequência da Revolução Industrial, evitou que tivessem um olhar para os prejuízos que esse processo estava causando ao meio ambiente. Com essas atitudes, houve a degradação do ecossistema, assim tendo que existir providência para conter esse progresso caótico mundial. Neste contexto, o Brasil no século XX viveu uma fase de atrair indústrias para desenvolver os setores financeiros do país, e com a urbanização cada vez mais intensa o resultado foi o agravamento da poluição ambiental, assim fazendo surgir políticas ambientais brasileiras que protegessem a natureza. Conforme Moura:

A política ambiental federal brasileira começou a ser delineada a partir da década de 1930, tendo evoluído, principalmente, a partir da pressão de organismos internacionais e multilaterais (Banco Mundial, sistema ONU – Organização das Nações Unidas, e movimento ambientalista de ONGs) e

em função de grandes acontecimentos internacionais ocorridos a partir da segunda metade do século XX. (MOURA, 2016, p. 14).

Portanto no Brasil a criação da política ambiental foi impulsionada por influências internacionais que também atingiram o mundo, fortalecendo-se, principalmente por causa das atuações dos movimentos sociais e das intermediações vindas de outros países, e a implantação em nosso território é durante o século XX, esta é composta de leis, normas e ações públicas numa busca por cuidados com o meio ambiente.

No território brasileiro estabeleceram-se leis voltadas para a administração dos recursos naturais, e que de acordo com Moura (2016), tivemos grandes acontecimentos como a: Criação do Código Florestal (Decreto no 23.793/1934), que passou por modificações resultando na Lei 12.651/2012; a criação do Código de Águas (Decreto no 24.643/1934), afeto à gestão do Ministério das Minas e Energia (MME), devido ao interesse no aproveitamento hídrico para hidrelétricas.

Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), também vinculado à pasta de Agricultura. A administração das áreas protegidas passou a ser atribuição do IBDF, que tinha também como competência prioritária, fazer cumprir o Código Florestal e toda a legislação pertinente à proteção dos recursos naturais renováveis.

Além disso, o Brasil participou de conferências importantes como à ocorrida em Estocolmo, “Em 1972 é realizada a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano)”. (MOURA, 2016, p. 15), tendo discussões relacionadas às poluições da água; do ar e do solo provenientes da industrialização, visando que as ações governamentais firmassem o cuidado e proteção com o meio ambiente.

Surgiram também organizações importantes para abordar sobre as questões ambientais, destacando-se a criação da (SEMA) que é a Secretaria Especial de Meio Ambiente para tratar de temas ambientais, a “agenda da Sema se concentrou no problema do controle da poluição industrial e urbana, em uma ação orientada, principalmente, em função de denúncias. ” (MOURA, 2016, p. 15). Ela se destina principalmente ao avanço da legislação ambiental, assim para manutenção do meio ambiente equilibrado e dos recursos naturais brasileiros. Contudo durante os períodos do século XX ao XXI houve importantes acontecimentos e efetivações de leis ambientais.

1.1.2 O código de águas brasileiro

No Brasil desde o século XX já existiam leis e políticas que procuravam concretizar formas de preservação dos seus recursos hídricos, diante disso, foi publicado o Decreto 24.643 em 10 de Julho de 1934, que aprovou o Código de Águas Brasileiro, com a sua implantação e atuação fez mudanças em relação ao uso e apropriação dos recursos hídricos esta legislação visa a proteção e qualidade deste bem natural do nosso território.

De modo geral o código de águas, trata do seu uso público, e particular, das margens e acessões, como as desapropriações que são necessárias para o bem do seu aproveitamento, da sociedade, e a utilização dos potenciais hidráulicos, concessões, autorizações, fiscalização, como também da sua salubridade e das penalidades criminais, sendo assim, dentro deste código, no artigo 109 determina que “Ninguém é lícito conspurcar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízo de terceiros” determinando que os infratores paguem pelos trabalhos de salubridade delas, além de responder a um possível processo.

Além disso, no ano de 1997 foi vigorada a Lei das águas ou Lei nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e implementados através de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). A Lei Nº 9.433 de 1997, segue seis fundamentos, dentre eles observam-se: “II- a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” os recursos hídricos são esgotáveis, portanto vulneráveis, então é relevante que se compreenda que a água é um bem de valor econômico afim de que também haja uma racionalização ao utiliza-la, buscando-se através deste instrumento uma maior conscientização por parte dos consumidores. A PNRH Visa alguns objetivos como: “I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;” pretendendo assegurar a integridade e sustentabilidade em longo prazo dos recursos naturais, estabelecendo limitações e restrições ao seu uso e exploração. Assim utilizando-a de forma racional a fim de que seja preservada para as próximas gerações.

Então no decorrer da história das políticas públicas ambientais, de acordo as pesquisas, observamos com as análises, discussões e debates sobre os problemas ambientais as questões voltam-se para o mantimento da sobrevivência da humanidade dentro do planeta Terra, assim impulsionando iniciativas e ações para

garantia de recursos naturais que possibilitem a sobrevivência de futuras gerações buscando-se uma sustentabilidade nas ações de desenvolvimento econômico.

E no Brasil só a partir do século XX, as questões ambientais foram ganhando atenção, existindo dentro de todo um processo em fases, a criação de documentos e leis que apresentam planejamentos considerados instrumentos importantes para a elaboração de políticas públicas em todos os níveis, e que atentassem as questões voltadas para as temáticas ambientais, estas questões se tornaram problemas a se pensar exigindo tomadas de decisões, assim buscando a geração de uma consciência ambiental tanto da sociedade quanto dos poderes.

Então na constituição de 1988 deixa evidente a necessidade e competência em defender o meio ambiente, mas também percebemos que as cobranças hoje em dia não são tão direcionadas a legislação, mas sim a sua aplicação efetiva já que observamos muitos crimes ambientais acontecendo e muitos acabam sem punição. E esta política ambiental do Brasil em sua prática não se integra totalmente com as outras áreas com quem ela esta ligada, como as de saneamento e saúde, que tem suas políticas setoriais próprias, que afetam e sentem os efeitos sobre o meio ambiente. O exemplo: comumente vemos o esgoto a céu aberto sem nenhum tratamento podendo afetar a saúde do ser humano, outra questão, é o lançamento dele ou de resíduos nos rios ocasionado em danos socioambientais.

1.2 Espaços urbanos e a cidade

O espaço urbano reúne principalmente as intervenções da sociedade que o cria e recria ao passo das atuações e intenções sobre ele. As modificações dos espaços urbanos são causas e consequências dos comportamentos aplicados neles e com eles, e estes se manifestam na sua dimensão histórica e social como ambiente das atitudes da população.

Ao passar do século, a população mais carente, vivem cada vez mais nos espaços urbanos. Para Santos (1993), “[...] o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo locus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade”. Sendo assim deu origem aos espaços urbanos, como as metrópoles, e a população mais carente que se agregava

a cidade, começam a ocupar terreno ao redor dos centros assim surgem às primeiras periferias e habitação irregular.

Com o aumento populacional cada vez mais os espaços para construção de moradias estão ficando disputado, dentro disso, existe toda uma articulação de agentes sócias, fazendo existir relações complexas principalmente pelos modos de articulação desenvolvidos, alguns por necessidade, já outros por opção ou ocupação no intuito de investir para ter resultado financeiro, assim evidenciando no espaço urbano intensões diferentes, então o ser humano é um fator de extrema impotência que interfere na ordenação do espaço urbano. De acordo com Carlos; Damiani; Seabra:

Usar os espaços para viver, ou apenas sobreviver, é uma necessidade incontestável, por mais variações que, ao longo da história, possa-se interferir, pois as necessidades são históricas. Apesar das formas variadas de utilização, o uso dos espaços é um pressuposto da vida. E exatamente porque nem sempre as formas de uso foram as mesmas, é possível avaliar que muitas delas se consolidaram no decorrer da história humana, constituído costumes e hábitos próprios dos diferentes povos e das condições naturais e históricas que viviam e vivem. O uso do espaço remete às profundas marcas que o homem imprime à natureza; remete portanto a natureza humana. É evidente que esse raciocínio pode ser generalizado para outros objetos e instrumentos, que o homem produziu ao longo de sua história, mas o significado ímpar e abrangente do espaço pode também ser ressaltado. Através do espaço, a relação entre homem e a natureza, como suposto da produção do homem, evidencia-se; o homem lido de forma simplesmente cultural ou existencial, perdendo sua naturalidade, fica mais comprometido. (CARLOS; DAMIANI; SEABRA, 1999, p. 48-49).

Na formação social das cidades, sabe-se que houve vários processos de grande marco, quando o homem deixou de ser nômade vêm às mudanças no vínculo com o meio ambiente, ao sair da condição de só usufruir e passa a produzir, esse foi um espaço conveniente para atender alguns aspectos que antes lhes eram privados, a ligação limitada entre o homem e natureza muda e ao decorrer dos tempos mudou e continuará mudando, em decorrência, também, do crescimento social e aspectos econômicos. Porém os indícios mostram que a cidade continuará a não ser ocupada do mesmo modo, pelos moradores e as contradições prevalecerão e um dos fatores que contribuem para a permanência disso são as organizações econômica e social das sociedades e os meios de apropriação e produção do espaço que irão definir maneiras diferentes de ocupação na cidade.

Se não examinássemos a produção do espaço sob o enfoque de suas contradições, não recuperaríamos o sentido deste momento na história humana e, por outro lado, sua singularidade. Do ponto de vista das

contradições, a crise e o movimento ganham existência, sob a aparência de consolidação de um determinado modo de interferência humano, poderoso e incontestável. (CARLOS; DAMIANI; SEABRA, 1999, p.50).

Em muitas situações observa-se que o espaço produzido é de modo contraditório, isso fica notório ao ver que boa parte de aplicações financeiras na cidade é feita pelas autoridades públicas com os impostos retirados da população, porém se observa que priorizam em levar serviços e infraestrutura para uma determinada porção da cidade, dando vantagens a mais a algumas localidades dentro da cidade, nesse meio de produção de espaço, acabam acontecendo a especulação imobiliária que é um aspecto que influencia muito para a continuação desigual do acesso a cidade.

Além disso, a forma como aconteceu o surgimento de boa parte dos municípios do Brasil, não seguiu ou respeitou os padrões de ordem do território e gestão urbana. Então se percebe nas cidades a ausência de serviços urbanos eficientes, nisso caracteriza algumas localidades dentro da cidade sendo locais desprovidos para atender a demanda populacional e suas necessidades, assim fazendo surgir problemas como o aumento das habitações em locais inapropriados que pode causar impermeabilização do solo aspecto que gera inundações, deficiência no saneamento básico.

Portanto com esse aumento na ocupação do solo urbano e as contradições que ocorrem nesse espaço, acontece a apropriação em áreas apontada como inadequada para habitação humana, causando os impactos socioambientais que são perceptíveis em vários municípios do Brasil, assim fazendo parte desses números o município de Jacobina Bahia onde surgem bairros com tais problemas como o do Nazaré.

1.3 Ocupações irregulares em áreas urbanas e os impactos socioambientais

Com o processo de urbanização no Brasil, as cidades não estavam preparadas para o crescimento desenfreado, e o Estado não possuía políticas públicas que contribuíssem com moradia adequada e qualidade de vida para todos, assim grande parte da população que se encontrava em situação de vulnerabilidade social e econômica começaram a se dirigir para espaços precários, inadequados

para ocupação humana, de grande risco ambiental, desta forma se dar início às ocupações Irregulares em áreas de risco.

A estratégia do poder público estava longe da situação real, onde as cidades eram planejadas apenas para as pessoas que tinha maior poder aquisitivo, esquecendo-se de promover e amparar as necessidades da população que vinha do meio rural, com as habitações populares.

Diante disso o rápido e desordenado crescimento demográfico e a falta de apoio do poder público fez com que várias pessoas ocupassem áreas irregulares em locais de risco, causando mudanças que provocou um desequilíbrio ambiental. Todo este processo urbano teve uma forte influência na degradação do meio ambiente, que vai desde ao desgaste dos recursos naturais até questões sociais mais profundas, de acordo com Silva:

No que diz respeito ao meio ambiente, a natureza na cidade passa por um processo acentuado de desmonte e degradação. Promove a destruição de manguezais, aterram-se lagos, arrastam-se morros, rios são sufocados, erradicam-se as áreas verdes das cidades, utilizam-se indiscriminadamente o solo urbano, sem o mínimo de respeito à legislação ambiental provocando danos irreversíveis ao padrão de qualidade de vida. A ausência de uma política habitacional abrangente gera um número expressivo de “sem teto”, população de rua e áreas de risco, acentuando os problemas ambientais urbanos. (SILVA, 2003, p.33)

Sendo assim fica evidente que toda ocupação humana causa danos sociais e ambientais, sendo estas, associadas à falta de serviços públicos e ao grave quadro de distribuição de renda. Salientando que um dos maiores problemas nas cidades são as habitações próximas as margens dos rios, espaços em que a própria natureza criou para que no período das chuvas a água pudesse escoar assim evitando prejuízos. No entanto quando chove muito os rios tendem a subir e ocupar aquele espaço habitado irregularmente.

Diante disso, ao observar a paisagem urbana percebemos que a cidade não é formada e pensada para atender o bem estar de todos, grande parcela dos habitantes do território brasileiro vive em localidades consideradas como inadequados, e o que faz remeter a isso é principalmente os riscos de tragédias socioambientais ou pela ilegalidade da ocupação; volta e meia há informações de desastres provenientes que afetam a sociedade e impactam no meio ambiente por conta da habitação em locais irregulares.

Com a habitação das áreas próximas de rios e áreas verdes faz surgir consequências socioambientais, essa ocupação habitacional é proibida pela Lei 4.771 de 15.09.1965, em consequência da urbanização muitas pessoas residem nesses locais algumas por opção, outros por necessidade, porém isso tem intervindo no equilíbrio do sistema da natureza.

O Direito Ambiental é constituído de várias leis, dentro dessas percebemos e entendemos á busca entre o desenvolvimento econômico de forma que possibilite também uma sustentabilidade para que não afete o ecossistema e assim não gere prejuízos à vida humana. Esses princípios fazem parte da Constituição Federal de 1998 dos artigos 170 inciso VI (BRASIL, 2018, p.144) e 225 (BRASIL, 2018, p.171). Assim evidenciando o dever da sociedade civil e dos poderes a cuidar e preservar o meio ambiente. Porém nem sempre se percebe o cumprimento dessas leis, e isso fica notório dentro das questões da urbanização, que gera uma série de conflitos, dentre eles, as diferenças sócias, que em muitos casos faz surgir a ocupação irregular em áreas inadequadas ambientalmente e esse acontecimento é perceptível em muitas cidades Brasileiras.

Fazendo-se também necessário ressaltar o direito à moradia, sendo um direito social, onde encontrasse na Constituição Federal citado no artigo 6º (BRASIL, 2018, p.24). A questão é para se alcançar êxito desse direito existem vários problemas, dentre eles, a qualidade de muitas moradias habitadas, essa lei não se restringe apenas um “teto”, já que existe também o direito a dignidade da pessoa humana, o homem tem direito as condições mínimas em qualidade de vida, é preciso que o ser humano na construção de sua identidade, tenha o direito a moradia, mas que esta seja digna, que possa ter uma segurança, mas isso fica contraditório quando observamos pessoas residindo em localidades improprias algumas até ilegais e passam a ser vistas como moradias efetivas. Além disso, é importante ressaltar, que se a instalação das casas for numa área de preservação permanente, ameaçado a escassez dos recursos hídricos, e estes se enquadram em bens naturais finitos, as medidas têm que ser em favor ao meio ambiente, por este pertencer a toda humanidade.

Na cidade de Jacobina percebemos que há o conflito entre o direito a moradia e ao meio ambiente saudável, isso fica evidente quando há uma deficiência em cumprir as normas ambientais, como as habitações que acontece no bairro do Nazaré que estão situadas muito próximas ao rio, fato que causou um desequilíbrio

ambiental como enchentes, poluição e problemas sociais. Assim em vista dos argumentos apresentados compreendemos que as ocupações das cidades acontecem de diferente maneira e estão em constante movimento, sendo imprescindível que cada uma delas tenha um planejamento urbano individual.

2. PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE DE JACOBINA BAHIA E A OCUPAÇÃO DO BAIRRO NAZARÉ.

Sabemos que todo processo de construção e organização necessita de um planejamento, principalmente quando falamos de espaços urbanos, de acordo com Souza (2004) o planejamento significa precauções para evitar problemas futuros, e procura estruturar a formação das cidades, onde possa buscar prováveis benefícios tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente, deixando evidente como é fundamental um bom planejamento dentro das áreas urbanas.

O espaço urbano e as cidades reproduzem as relações sociais da comunidade, e para que o ser humano tenha qualidade de vida, o ambiente onde vive deve oferecer meios que possibilite aos indivíduos locomover-se, alimentar-se e ter seus momentos de lazer, sendo assim a função social da cidade deve garantir o bem-estar da população, estes direitos são fundamentais e o planejamento urbano é o meio que tem como função garantir o cumprimento deste princípio. De acordo com o artigo 182 da Constituição Federal, e a Lei nº 10.257/013:

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Deste modo, visando melhoria na qualidade de vida da população, e na criação de uma área urbana organizada e bem estruturada, onde existam divisões de ruas e bairros e equilíbrio ambiental, buscou-se cada vez mais o planejamento urbano, sendo este também conhecido como plano diretor. Segundo Villaça (1999) o conceito de planejamento seria a organização dos espaços urbanos mais específicas, e aplica-se desde os planos urbanos até que aproximar-se aos atuais Planos Diretores de uma cidade individualmente.

De acordo com a constituição federal de 1988, o plano diretor passa a ser lei municipal autorizado pelo Estado e guarda regras orientadoras, este plano, a partir da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, apresentam propostas para o desenvolvimento e organização espacial dos usos do solo urbano, abrangido os aspectos como infraestrutura, ambientais e sociais.

Com o processo de urbanização compreendemos que as cidades hoje crescem de maneira diferente, e de forma desordenada, portanto é notória a importância e a necessidade de haver este planejamento, entretanto é imprescindível que saiam do papel e tornem-se realidade, fazendo com que a cidade possa se desenvolver e se adequar de acordo como foi definido no planejamento, pois quando é feito um plano e o mesmo é colocado em prática e aprimorado de acordo com as necessidades evita grandes problemas com os quais enfrentamos hoje, principalmente das ocupações irregulares que prejudica o meio ambiente.

Lembrando que o estatuto constitucional das cidades enfatiza um planejamento ambiental urbano, e a Política Nacional de Meio Ambiente Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Salienta Art. 2º:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...].

Sendo assim esta lei foi criada para auxiliar o uso e a ocupação do solo, visando à preservação e conservação do meio ambiente, defendendo a sobrevivência da humanidade dentro da área agrícola, econômica, ecológica e paisagística. E devido a muitas demandas de planejamento ambiental urbano, principalmente devido ao processo de implementar os Planos Diretores municipais.

2.1 Planejamento urbano da cidade de Jacobina Bahia.

O plano diretor de desenvolvimento Urbano PDDU de Jacobina-Bahia contém diretrizes que orientam os administradores sobre o que deve ou não ser feito no território do município, neste documento são delimitadas as áreas urbanas e rurais e planejadas estratégias para o seu desenvolvimento, visando garantir os principais

direitos, a sustentabilidade, a preservação ambiental, e ao crescimento da população, de acordo com a lei nº 788, de 18 de outubro de 2006:

Art. 4º - A política de produção e organização do espaço físico urbano está condicionada à preservação e valorização do tecido urbano/natural de Jacobina, dentro de uma estrutura de sustentabilidade econômica-ecológica, através da incorporação de componentes funcionais dos principais compartimentos geográficos [...].

Sendo assim, para entendermos a temática que vai tratar da ocupação em área irregular no bairro Nazaré, evidenciando problemas socioambientais, faz-se necessário, a análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Jacobina, onde fica claro o seu objetivo que é orientar e promover a ordenação dos espaços na cidade, garantindo os direitos dos habitantes de forma mais justa, e conseqüentemente a moradia e qualidade de vida da população, fazendo com que este município cumpra sua função social.

No contexto do município de Jacobina o processo de urbanização não foi diferente das outras cidades brasileira, pois aconteceu de maneira desordenada, a ocupação do espaço e o crescimento acelerado da população, contribuíram na deterioração do meio ambiente, causando grandes problemas ao funcionamento ambiental e uma queda na qualidade de vida dos moradores da cidade, de acordo com Lemos (1995) a descoberta do ouro no século XVII e as atividades mineira foram a maior responsável pela atração e aglomeração da população, e as primeiras ocupações estavam acontecendo ao redor dos rios Itapicuru Mirim e rio do Ouro, sendo assim estas áreas ocupadas já invadiam o leito dos rios, ate mesmo futuramente atingindo as áreas das nascentes, a autora ainda salienta que “A exploração aurífera prosseguia em escala crescente e fora do controle oficial”.

De acordo com os dados do IBGE o ano de 1980 aconteceu um maior crescimento da população, este fator pode estar relacionado como as atividades mineradoras, pois foi neste período que estas atividades aumentaram, atraindo pessoas de todos os estados e conseqüentemente provocou grandes estragos ambientais, com esta aglomeração o município reconheceu a importância do PDDU, de acordo com Cardoso:

[...] A ideia é elaborar-se um Plano Diretor para o município que possa servir de base para ações do governo. Este plano Diretor devera trazer em seu bojo indicações praticas e clareza nas seguintes áreas: [...] 2. Nos anos

recentes assiste-se ao crescimento em direção ao cume das serras. Levar infraestrutura de água, esgoto coleta de lixo, luz telefones a estes lugares é muito caro, difícil e as vezes impossível. São necessários estudos urgentes que resultem em um plano urbanístico para Jacobina, [...].(CARDOSO, 1993, p.104).

No entanto só o planejamento não é suficiente de acordo com Silva (2003), para um projeto de gestão ter sucesso, é importante que se pense de forma integrada, e que tenha conhecimento da realidade de condições de vida da população e do espaço físico, assim e indispensável um registro atualizado da cidade, e uma fiscalização, que acompanhe o desenvolvimento e aumento da população, evitando problemas como a que Jacobina enfrenta com habitações em áreas irregulares e de difícil acesso.

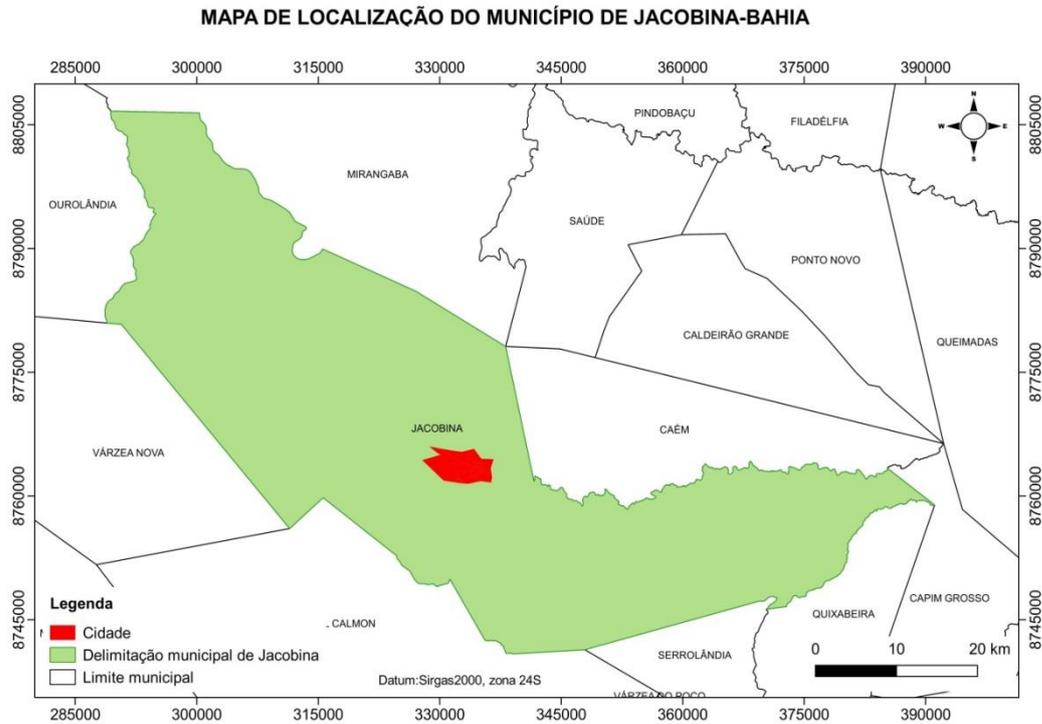
O PPDU de Jacobina contém políticas e diretrizes para o perímetro urbano, e todas as questões sociais e ambientais apesar de não eliminar todos os problemas municipais contribuem para comparar o Plano com a realidade e buscar melhorias para sociedade e o espaço físico. É notório que Jacobina atualmente enfrenta sérios problemas ambientais, principalmente, devido a todo seu processo histórico urbanos, a lei nº 788, de 18 de outubro de 2006 no capítulo IV relacionadas as questões socioambientais, contém diretrizes como a fiscalizações das empresas mineradora, como também preservação e a recuperação ambiental, e todo o sistema hidrográfico local, no entanto para que este papel seja executado, é importante que se reflita acerca da aplicação das leis do PDDU, levando em consideração as mudanças do espaço, fazendo-se necessário a atualização do mesmo, Silva (2003) menciona que o planejamento deve estar disponíveis para avaliações e possibilitar as discursões das políticas pública da cidade.

2.1.1 Contexto histórico e ocupação da cidade de Jacobina.

A cidade de Jacobina, segundo os dados do IBGE (2018), possui uma área de 2192,90 km², e uma população de 80.394 habitantes. Localizada a latitude 11°10'50" sul e a longitude 40°31'06" oeste, estando a uma altitude de 463 metros. Situada na região norte da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina. É margeada pelos rios Itapicuru Mirim e Rio do Ouro. De acordo com o INEMA (2017) A cidade está situada na bacia hidrográfica do Rio Itapicuru, possuindo pouco mais de 60% de sua área na bacia. Está distante da capital de Salvador 339 km, é

também conhecido como Cidade do Ouro por possuir uma herança das minas de ouro, que atraíam os bandeirantes no começo do século XVII, dando início a sua ocupação territorial.

Mapa 1- localização da cidade de Jacobina Bahia.



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do IBGE (2010), por Rafaela Lima.

Assim a ocupação territorial da cidade de Jacobina dar-se principalmente por estes bandeirantes, portugueses em busca da exploração do ouro; Porém é importante ressaltar que já havia moradores indígenas nessas terras “a importância dos índios “payayá” está na sua contribuição à formação histórica da Bahia” (Lemos, p.28 1995); em Jacobina foram de grande importância, inclusive há uma lenda bem conhecida que atribuem o nascimento da cidade em consequência do relacionamento de um casal dessa tribo e esse fato é lembrado inclusive no hino da cidade.

Segundo o Portal da Prefeitura Municipal de Jacobina, nomes que se destacaram nesse povoamento e exploração foram Melchior Dias Moreira, Antônio Brito Correia e, mais tarde, os Guedes de Brito estes trazendo muitos colonos e escravos. Além da exploração aurífera que até hoje é umas das atividades econômicas da cidade, houve naquela época, a criação de gado e de culturas

agrícolas essenciais. À medida que chegavam e aumentavam os números de habitantes estes se instalavam as margens do rio Itapicuru Mirim então ia crescendo rapidamente a habitação, assim formando uma população bem diferenciada principalmente economicamente.

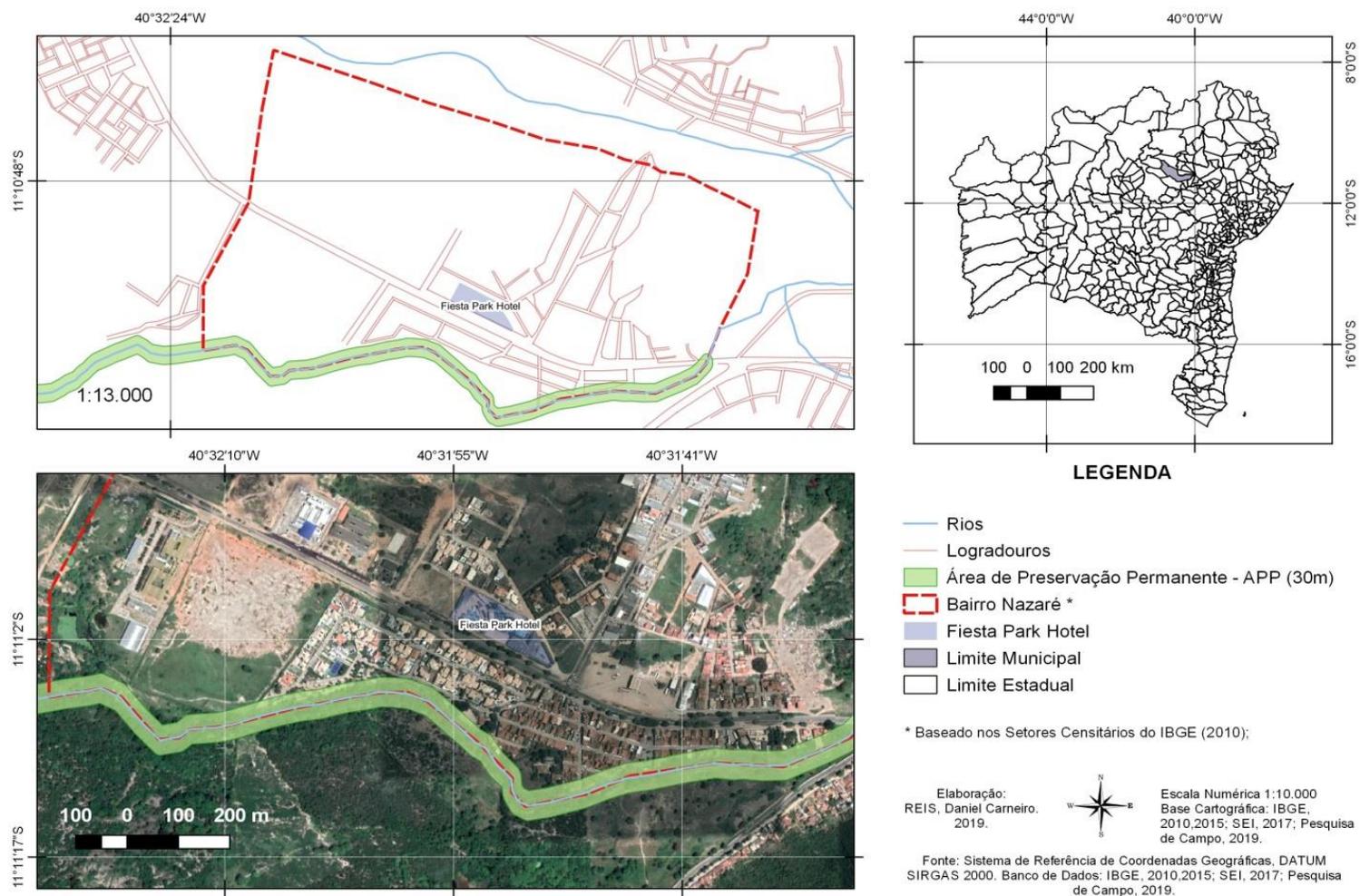
Segundo Lemos (1995), ao saber sobre os faturamentos com atividades de mineração, a Coroa Portuguesa, com a finalidade de controlar a mineração clandestina do ouro elevou o povoado à condição de vila com o nome de Vila de Santo Antônio de Jacobina, através da Carta Régia de D. João V, de 5 de agosto de 1720 e a instalação deu-se em 24 de junho de 1722, mas só foi titulada como cidade em 28 de julho de 1880.

Diante disso, Jacobina sendo uma cidade do interior da Bahia, que passou por inúmeras mudanças ao longo de sua história até chegar à sua atual formação, atualmente possui sua estrutura econômica pautada na agropecuária, criação de gado, leiteiro e corte, no cultivo de sisal, mamona, feijão e a exploração do ouro continua mas controlada pela mineradora de administração canadense a Jacobina Mineração e Comércio. Além disso, a dinâmica socioambiental do município se destaca principalmente pela ocupação do solo, que em sua grande parte se dá pela intenção da moradia ou para estabelecimento comerciais, porém, essa ocupação tem se efetivado em áreas irregulares como a do Bairro Nazaré situado na cidade de Jacobina.

2.2 Ocupação urbana do bairro do Nazaré

O bairro do Nazaré está situado na cidade de Jacobina Bahia, localizado ao lado oeste, as margens do rio Itapicuru Mirim, de acordo com o PDDU art. 17 parágrafo III, o macro sistema de áreas verdes do município é constituído por três zonas, sendo que o bairro está incluído no da Lagoa Antônio Sobrinho, considerado como as áreas baixas da região, onde estão propícias a inundações em épocas chuvosas, e está limitada pela BA 421 e a ZCE – Itapicuru.

Mapa 2 - localização do bairro do Nazaré.



Fonte: Daniel Reis (2019)

A ocupação do bairro se deu por volta do ano de 1980, segundo a moradora A, que é mais antiga, este processo aconteceu a partir da casa das freiras (Paroquia Santo Antônio), a mesma informa que neste local era um pasto de animais e o proprietário era o Padre Alfredo Haasler, e apesar da ocupação começar no ano de 1980, ela salienta que residir na localidade desde 1978, acredita ainda que o bairro recebeu o nome Nazaré por critérios religiosos.

Figura 1- Casa das freiras- Paroquia Santo Antônio



Fonte: Jaiane Martins (2019)

De acordo com os moradores, o que os levou a habitação ao bairro foram diversos motivos, como a falta de opção por não ter condições financeiras de construir em outro local, dificuldade de emprego na zona rural, entre outros razões, salientam ainda que não houve planejamento nas construções das residências nem acompanhamento de uma fiscalização, assim também, como o secretário de desenvolvimento urbano afirma que a ocupação do local ocorreu de maneira desordenada, e que sua infraestrutura não está de acordo com o código ambiental, diante disso, fica evidente que não existiu nem uma preocupação com o meio ambiente e os possíveis problemas futuros.

Conforme o secretário de desenvolvimento urbano da cidade, o bairro atualmente possui aproximadamente cinco mil habitantes, e conta com vinte uma ruas, porém na maioria delas apresenta problemas de infraestrutura já que quatorze ruas não é pavimentadas, com o processo de urbanização o bairro vem desenvolvendo-se, apresentando 460 imóveis, sendo eles de diferentes tipos, desde casas consideradas simples, até o Condomínio Alamedas do Rio, onde é habitado pela população com maior poder aquisitivo, a partir desta análise fica claro que dentro deste local existe também diferentes tipos de classes sociais.

O bairro geograficamente fica próximo ao comércio da cidade como a feira livre, então várias empresas instalaram-se no local assim como Park hotel, posto de gasolina, supermercados, faculdade e escolas particulares o mais recente é o novo condomínio Ilha do Ouro, de tal modo o bairro continua sendo ocupado e se expandindo.

No momento da apropriação das habitações dos moradores nestas áreas, não foi considerado os limites ambientais, notamos construções realizadas em áreas de preservação permanente, este fator expressa claramente o desrespeito com os recursos naturais, além disso, segundo o secretário de desenvolvimento urbano não consta da parte do poder público nem um projeto voltado para as questões socioambiental do bairro, assim é inegável como a habitação irregulares e a falta de planejamento urbano do bairro Nazaré, resultou em problemas tanto a população local como ambiental.

3. HABITAÇÃO IRREGULAR NO BAIRRO NAZARÉ EM JACOBINA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.

Ao observamos a paisagem da cidade de Jacobina, nota-se que existe várias áreas com a habitação irregular, o bairro Nazaré é um desses casos. Através das pesquisas realizadas no local, percebemos que as casas são muito próximas à margem do rio Itapicuru Mirim, fato que contribui com problemas ambientais ocasionando danos para a natureza e a população que habita nesta área, ao questionarmos o representante do bairro se já percebeu algum problema socioambiental, o mesmo afirma que sim, pois já aconteceram enchentes e alagamento.

Figura 2- Habitações próximas à passagem do rio Itapicuru Mirim no bairro Nazaré.



Fonte: Rafaela Lima (2019)

As causas dos impactos ambientais, como enchentes e alagamentos estão relacionadas com fatores naturais ou ação humana, ou com a combinação dos dois fatores, no caso do bairro Nazaré este problema surgiu a partir dos efeitos nocivos das práticas da sociedade, pois as construções nas áreas irregulares e a poluição excessiva ao rio que, passa no local, acaba elevando seu volume, em épocas mais chuvosas e invade o espaço de moradia de muitas pessoas; segundo a moradora B, “quando chove me preocupo, porque, aqui atrás da minha casa a água sobe muito”.

Figura 3- Casa do bairro Nazaré, próximas a passagem do rio Itapicuru, em épocas não chuvosas.



Fonte: Jaiane Martins, (2019).

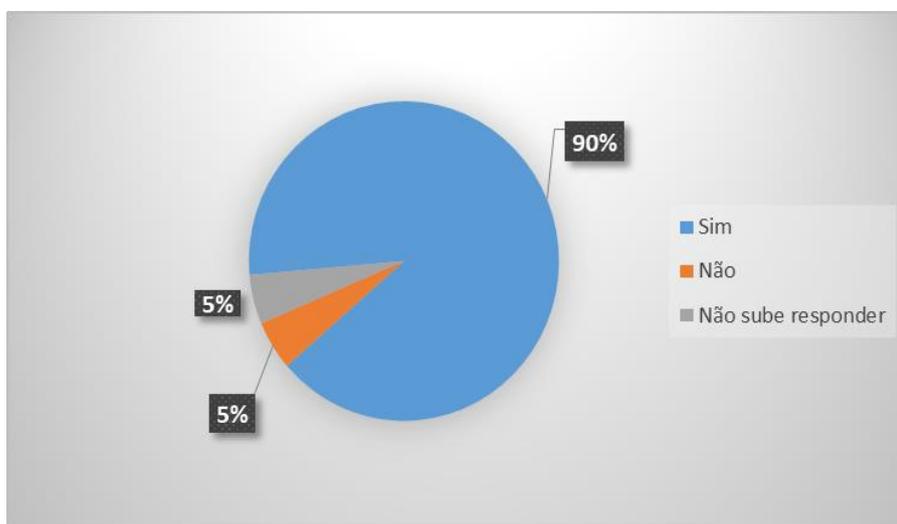
Figura 4- Casa próxima a passagem do rio Itapicuru Mirim, em épocas chuvosas.



Fonte: Jaiane Martins (2019)

Ao questionar os moradores sobre os principais problemas ocasionados pela proximidade das casas ao rio, relataram o medo de ocorrência de uma nova enchente, como a que aconteceu no final do ano de 2001, além do surgimento de “mosquitos, ratos, baratas, cobras, insetos peçonhentos, e mau cheiro devido ao despejo do esgoto no rio.”. Desse modo podemos observar no gráfico 1, um número significativo; 90% dos moradores estão preocupados com as insurgências de outras enchentes.

Gráfico 1- Preocupações dos moradores com incidências de futuras enchentes.



Fonte: Jaiane Martins, (2019)

A apropriação de áreas a margens e fundos de vales de cursos d'água, percebido no objeto em estudo, contribui cada vez mais agravando em problemas socioambientais. Segundo a Resolução nº 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA:

Considera-se impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que, direta ou indiretamente, afetem: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais. (BRASIL, 2018,p.1).

Sendo assim, entendemos que o impacto ambiental tem haver com a alteração no meio, resultado da ação antrópica, este acontecimento é bem evidente no bairro do Nazaré, que em seu espaço, tem modificações de grandes ou pequenas importâncias, mas que implicam em consequências que podem afetar a estabilidade de segurança ou da saúde da população colocando em risco a qualidade de recursos naturais, espécies de vegetais e animais. Então o ser humano por necessidade ou para concretizar seus desejos, tem feito modificações nos espaços e em muitas situações acarreta na ocupação irregular, e isso tem gerado danos ao meio ambiente, causando impactos socioambientais.

Em entrevista com o secretário de desenvolvimento urbano, foi questionado se o bairro do Nazaré esta de acordo ao código ambiental houve o reconhecimento que não, pois é um bairro que surgiu sem planejamento, sem nenhuma preocupação com o meio ambiente, e eles têm noção de que existem casas construídas em áreas de risco e nas margens do rio, e que estas habitações causam sim danos ao rio Itapicuru, principalmente pelo fato do lançamento de efluente sanitário e lixo doméstico no rio. Ao serem questionados sobre se há algum órgão fiscalizador que acompanhe as questões socioambientais do bairro, tanto a prefeitura, como os moradores, e o líder do bairro, afirmam que não existe.

Figura 5- Lixo jogados no rio Itapicuru Mirim trecho que passa pelo bairro Nazaré



Fonte: Rafaela Lima (2019)

Dentro da natureza contém elementos que assim formam um conjunto, com a poluição cada vez mais intensa do rio Itapicuru e dos outros, isso afetara todo um ciclo causando muitos problemas ambientais. Infelizmente percebe-se que em muitas cidades do Brasil, por causa da falta de um melhor planejamento, tem os esgotos domésticos jogados diretamente nos rios sem receber o devido tratamento.

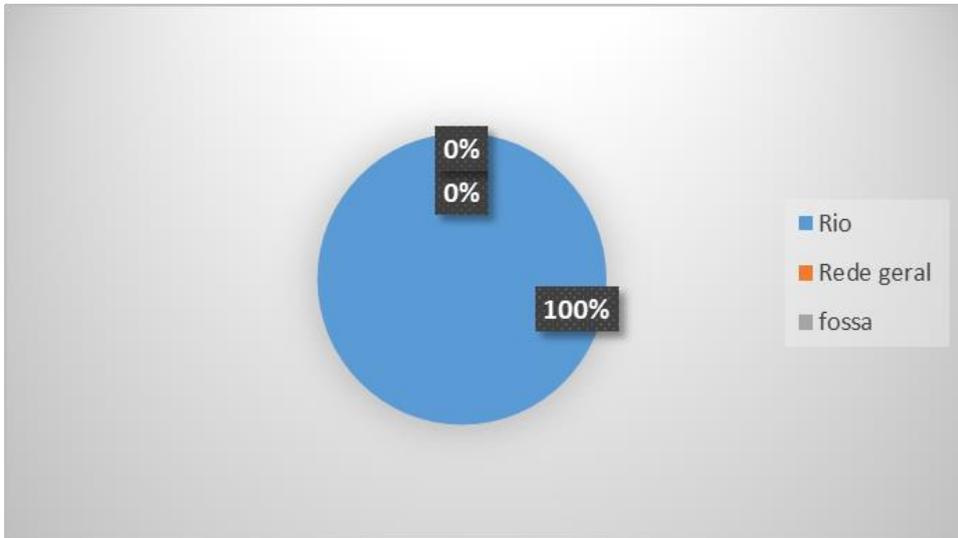
Cunha afirma:

Nas pesquisas a tendência tem sido analisar a natureza como um sistema. Isto significa analisa-la como um conjunto de partes que se integram direta ou indiretamente, de maneira que uma alteração em qualquer dessas partes afeta demais (equilíbrio dinâmico). [...] Alguns pesquisadores detiveram-se nessa temática adicionando a participação do homem como elemento de mudança nesses sistemas, principalmente nos que envolvem os seres vivos (ecossistemas), bastante vulnerais a esse tipo de intervenção (CUNHA, S. B, 2006, p.319)

No bairro Nazaré, recolhemos informações dos moradores, que o descarte do esgoto doméstico é feito diretamente dentro do rio Itapicuru Mirim. No gráfico 2 percebemos que 100% dos moradores afirma esta informação, além do mal cheiro

esse tipo de poluição também é responsável pela morte de peixes, e o desenvolvimento de microrganismos nos rios, facilitando a proliferação de doenças.

Gráfico 2- Descarte do esgoto doméstico no rio Itapicuru.



Fonte: Jaiane Martins, 2019.

A contaminação da água do rio Itapicuru é um grande problema, pois as águas são indispensáveis para a sobrevivência da vida humana e animal na Terra, então tem que haver a preservação dos cursos de água; para isso, é necessário à efetivação e cumprimento das políticas que as defendem.

Diante disso, a Política Nacional de Recursos Hídricos no capítulo III, dentro de seus objetivos salienta que: “a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.” (BRASIL, 1997, p. 1). Assim buscando a participação tanto do poder público quanto da sociedade civil para que aconteça de forma adequada o uso da água.

As bacias hidrográficas, como seus rios constituintes, melhor expressam essa interação sistemática permitindo avaliar, através do controle/monitoramento, os elementos constituintes como também as suas consequências (exemplo: erosão, desmatamento e assoreamento dos canais). Sendo um sistema integrado, há uma interligação cujos efeitos refletem-se nas águas dos rios. Dessa forma, os sistemas fluviais espalham o grau de equilíbrio e a interação entre seus elementos. O rio denuncia o desequilíbrio com alteração na sua dinâmica, refletindo-se na morfologia (assoreamento e erosão) e/ou poluição das águas a jusante da fonte de desequilíbrio. (CUNHA, 2006, p. 319)

Em muitas localidades com a ocupação humana próxima ao rio, geralmente, os moradores, sem refletir sobre as consequências, jogam alta quantidade e diferentes tipos de materiais, principalmente, lixo doméstico, resultando em mau cheiro e a aparência de água suja.

Com o depósito do lixo jogado no rio Itapicuru Mirim, ocorre a seguinte situação, em uma residência com o quintal bem próximo ao rio, a moradora C que reside nesta área, relata: “Constantemente jogam entulhos, e lixo domésticos, sendo assim quando chove a água traz todo o lixo aqui pra meu quintal e alguns moradores jogam animais mortos, como gato e cachorro aí fica um mau cheiro insuportável”.

Figura 6- Acúmulo de lixo lançados ao rio Itapicuru Mirim no trecho que passa pelo bairro Nazaré.



Fonte: Rafaela Lima (2019)

A moradora C relatou que: “Teve um rapaz que ficava muito aí atrás, vivia nesse rio, até que ele pegou uma bactéria que deixou ele na cadeira de rodas”; o secretário de desenvolvimento urbano também confirma que já houve casos de moradores ficarem doente devido habitarem próximos ao rio Itapicuru Mirim.

Outro fator, danoso que observamos é que em vários pontos do rio Itapicuru Mirim, na parte em que passa no Nazaré, são os entulhos de construções. Na entrevista com moradores, ao ser perguntado se é comum observar lixo sendo jogado no rio? O morador D disse que sim, apesar dele não fazer, porém muitos quando fazem ou arruma suas casas, jogam os lixos das obras na beira do rio. Sendo assim, quando esses materiais são jogados no leito do rio, provocam o seu

enfraquecimento, acarretam na perda biodiversidade causando danos à fauna e flora.

Figura 7- Entulhos jogados no rio Itapicuru Mirim no Nazaré



Fonte: Jaiane Martins, (2019)

Dessa forma, através do derramamento de sujeiras no rio Itapicuru Mirim, vai existir substâncias com propriedades químicas e físicas danosas, pois quando a composição da água é contaminada fica imprópria para uso das pessoas, caso contrário pode potencializar o aparecimento de doenças; assim prejudicando a vida dos seres humanos, aquática, animais e plantas; O lixo lançado produz meios propícios para manifestação e aumento de pragas estas podem transmitir graves doenças ao homem. Então essas espécies invasoras tendem a ser bem sucedidas em ambientes poluídos, multiplicam-se, o que ocasiona na perda dos ambientes, em mudança dos ecossistemas e podem chegar a provocar o desaparecimento de espécies nativas.

Além disso, com o constante crescimento da urbanização, que o bairro Nazaré passa, as áreas verdes são retiradas para a construção de moradias, prédios, comércio e por muitas outras formas que o ser humano intervém sobre o espaço; com esse desmatamento cada vez mais alto implica no equilíbrio do planeta, podendo ocasionar em grandes prejuízos, dentre eles: a erosão dos solos,

causado principalmente, quando tem o desmatamento das árvores, queimadas, esse solo ficara exposto assim vulnerável a ação dos agentes erosivos, como a águas tanto da chuva ou do rio, e outros elementos, fazendo com que ocorra perda de muitas áreas. E com esse processo de urbanização algumas partes dos locais são aterradas para ele ficar plano ou faz escavações gerando a remoção da camada superficial e fértil do solo, com essa continua remoção os solos superficiais ficam propícios à erosão então é um problema causado que traz prejuízos para a população e meio ambiente.

Figura 8- Maquinários para construção de condomínio no bairro Nazaré em Jacobina Bahia.



Fonte: Rafaela Lima, (2019)

Outro fator que foi observado no bairro, são as queimadas, essas que foram intencionais e que acabam causando prejuízos, um dos principais, é quando atinge as áreas de curso do rio, provoca à erosão do solo, poluição das águas por meio das cinzas, a extinção local de espécies, a perda da absorção do solo e o aumento da liberação de gases que contribuem para o efeito estufa.

Figura 9- Queimada próxima ao rio e na área que esta sendo construído o condomínio, no Bairro Nazaré em Jacobina-Bahia.



Fonte: Rafaela Lima, (2019)

Figura 10- Atearam fogo em pneus bairro Nazaré em Jacobina Bahia.



Fonte: Jaiane Martins (2019)

Além disso, no objeto de estudo, acontece à impermeabilização do solo, que é mais um dos resultados da interferência do ser humano no meio ambiente;

causado principalmente pelo progresso que aumenta com as construções, automóveis trafegando pelas ruas, comércios, empresas; apesar de toda sofisticação que essas ações proporcionam, elas também provocam problemas de cunho socioambientais.

Figura 11- Alagamento em frente ao Fiesta Park hotel, devido à ocorrência da chuva de março 2019.



Fonte: Jaiane Martins, (2019).

Figura 12- Rua do Nazaré Após chuva no mês de março.



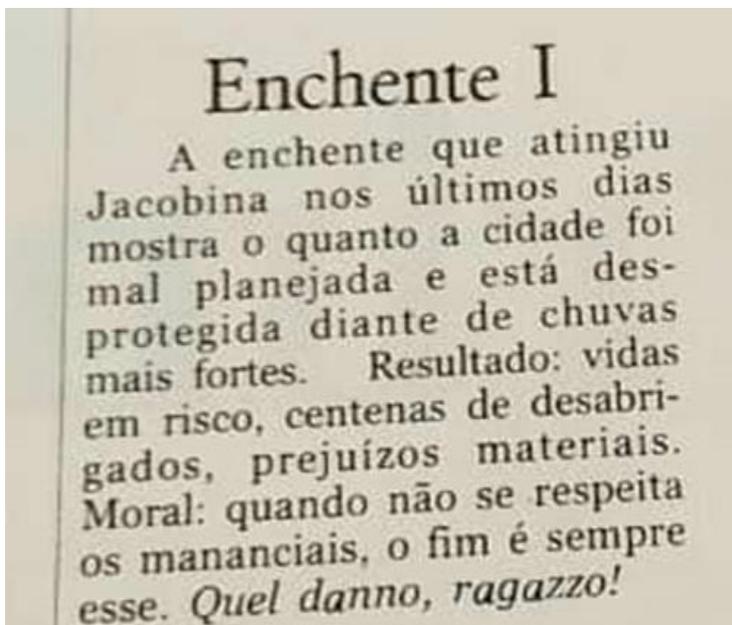
Fonte: Jaiane Martins, (2019).

Sabemos que a impermeabilização do solo é a falta de eficiência na filtração das águas na superfície urbana, por causa de moradias, ruas construídas e a forma da ocupação do solo, contribuem muito para o acontecimento das enchentes, que costumam atingir as cidades, porém ressaltamos a existência de outras causas que pode descender nesse incomodo. Nas épocas chuvosas as “bocas de lobo” feitas para escoar a água, em inúmeros casos, não conseguem realizar esse escoamento eficaz, principalmente, por conta de lixo que é jogado nas ruas e já tendo o solo impermeável, tudo isso faz com que a área fique propicia a enchente, que volta e meia, afetam muitas pessoas as deixando com problemas financeiros ou doentes e os casos mais drásticos pode haver a perda de vidas.

3.1 Problemas socioambientais no bairro Nazaré que podem desencadear enchentes

As enchentes são problemas, que vez em quando, afeta as cidades gerando complicações para a população, principalmente por não se disponibilizar de um planejamento urbano adequado provocando inundação das ruas e das casas podendo causar muitos prejuízos tanto materiais, na saúde e ambientais, assim como o caso da enchente que ocorreu em Jacobina-BA, no final de dezembro de 2001, que atingiu o bairro Nazaré.

Figura 13- Nota do Jornal Primeira página 26 de janeiro de 2002



Fonte: jornal primeira página (2002)

Sabe-se que as enchentes são acontecimentos da natureza, mais comumente, são agravadas pelas ações do homem ocorrendo de muitas maneiras, principalmente, com o péssimo uso do espaço urbano. Segundo Pompêo:

De uma forma geral, as enchentes são fenômenos naturais que ocorrem periodicamente nos cursos d'água devido a chuvas de magnitude elevada. As enchentes em áreas urbanas podem ser decorrentes destas chuvas intensas de largo período de retorno; ou devidas a transbordamentos de cursos d'água provocados por mudanças no equilíbrio no ciclo hidrológico em regiões a montante das áreas urbanas; ou ainda, devidas à própria urbanização. (POMPÊO, 2000, p.15)

Diante disso um fator primordial é como ocorre no bairro Nazaré, sendo uma ocupação perto ao rio, tornando-se irregular, desordenada, ocasionando em:

Impermeabilização do solo, como já mencionada, através das ruas calçadas e pavimentadas fazendo com que grande parcela da água, que deveria penetrar no solo fique na superfície gerando o alagamento; com essa impermeabilização colabora para o aumento de erosões e provocando mais fatalidades ambientais urbanos. Outra circunstancia que agrava ainda mais a situação é a falta de drenagem eficaz, percebemos que no bairro Nazaré nas ruas não há boca de lobos para ajudar no escoamento da água.

Além disso, outro problema encontrado no rio Itapicuru Mirim nos trechos que passam pelo bairro Nazaré, sendo um fator que contribui para ocasionar enchente é a retirada da mata ciliar esta tem varias finalidades, dentre elas, evita a erosão do solo nas margens dos rios, melhora a qualidade da água dos rios, servem de habitat para espécies animais e vegetais, sem as matas ciliares, um rio pode até sofrer com o processo de assoreamento, ela também faz a função de segurar parte de resíduos que estão no leito do rio assim elevando o nível de água.

O Sectário de desenvolvimento Urbano ao ser perguntado sobre: O que influenciou para o agravamento de problemas socioambientais no bairro Nazaré? Respondeu: “A ocupação de APP área de preservação permanente, e o desenvolvimento urbano sem planejamento”.

Figura 14 - Área de APP do rio desmatada



Fonte: Rafaela Lima (2019)

Com base no Código Florestal, segundo a Lei 12.651/2012, implanta as regras gerais sobre qual maneira a vegetação do Brasil pode ser explorada, atestando quais locais tem que ser conservados assim visando regular a utilização da terra buscando a preservação do meio ambiente. Diante disso, para conseguir êxito em sua atuação passou a existir as áreas de Preservação Permanente (APP) atua na preservação de reservas naturais que necessitam conservadas para o equilíbrio socioambiental. Dentro do Artigo 3º do inciso II código florestal diz que:

II - Área de preservação permanente-APP área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; (CODIGO FLORESTA, 2012, p.2)

Entende-se que as APP são responsáveis pela preservação de áreas vulneráveis, determinando que em algumas localidades com vegetação, faz-se a obrigação de serem preservadas, pautado em rígidos limites, onde não é permitido cultivar, explorar financeiramente, ou algum tipo de construções. Assim evitando qualquer tipo de intervenção humana que venha alterar as condições naturais desses locais.

É importante ressaltar sobre os cuidados com os rios, para evitar sua degradação o (Código Florestal, 2012, p.5-6) estabelece no capítulo II e dentro do artigo 4º que é considerado APP, tanto em zona rural ou urbana: No inciso I, as faixas e margens de curso d'água natural perene e intermitente excluído os efêmeros, desde a borda do leito regular, em largura mínima de: a) 30 metros, para cursos d'água de menos de 10 metros de largura; e mais a frente o código florestal vem salientando no inciso II das áreas no entorno de lagos e lagoas naturais, a faixa com largura mínima de b) 30 metros em zonas urbanas. Portanto há a quantidade de metragem dentro na zona rural ou no espaço urbano para construções próximas a leito de rios.

Contudo APP não podem ser modificadas, só sendo possível uso humano se for para preservação; com a conservação desses ambientes, há em partes, uma tranquilidade de conviver na sociedade sem tantas preocupações provocada por causa da intensiva especulação dos recursos da natureza ou de enchentes, diminuem os deslizamentos de terra, evita a saída dos animais de seus habitat natural evitando um desequilíbrio na natureza, desse modo, essas áreas são exclusivas

para a biodiversidade presente e assim contribuir para qualidade de vida da sociedade.

3.1.1 Enchente ocorrida no final de 2001 que afetou o bairro Nazaré

Um dos desastres socioambientais, ocorrido no bairro foi à enchente de 2001, na figura 15 é possível observar o caos ocasionado pela enchente que atingiu o bairro Nazaré, causando desespero aos moradores e perdas de bens matérias.

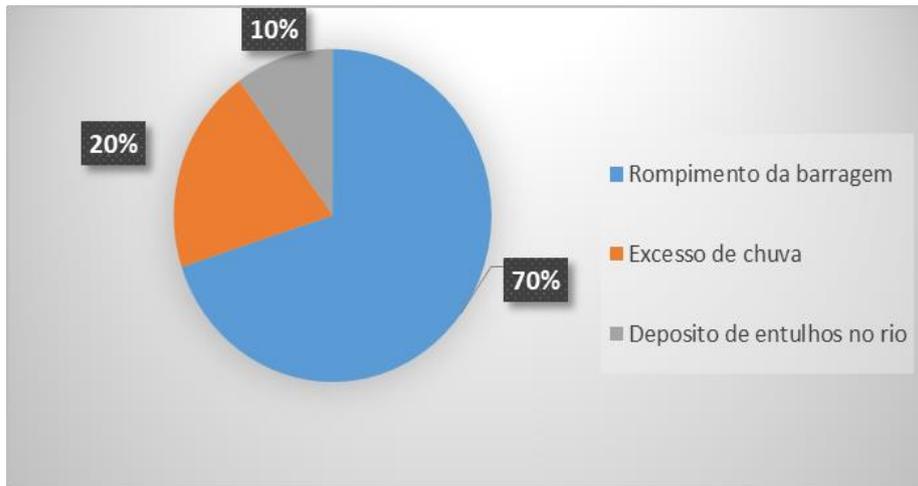
Figura 15- Rua do bairro Nazaré inundada durante a enchente de 2001



Fonte: Jornal primeira página, 26 de janeiro, 2002. p.01.

Além de chuvas intensas e depósito de entulhos no rio o fator principal para que ocorresse a enchente no objeto de estudo no ano de 2001 ao início de 2002, de acordo com o gráfico 3, 70% dos moradores assim como o secretário de desenvolvimento urbano confirmam que foi o rompimento da barragem, de Antônio Teixeira Sobrinho.

Gráfico 3- Motivo da enchente ocorrida no bairro no final 2001.



Fonte: Jaiane Martins 2019.

A falta de cuidados adequados durante a construção, à ausência de manutenção, e medidas ou projetos de preparo para emergências nas barragens, juntos as chuvas e a ocupação desordenada, configuram a probabilidade de um acidente com represas ser grande, como a ocorrida no bairro Nazaré.

Figura 16- Danos causados pela enchente de 2001, aos moradores do bairro Nazaré.



Fonte: Jornal primeira página, 26 de janeiro, 2002. p.01.

Foram feitas perguntas aos moradores, que já habitavam nesse bairro no período em que ocorreu a enchente; foram recolhidos relatos como: “até pelo esgoto entrou água em minha casa”, “perdi quase tudo que eu tinha dentro de casa”, “tivemos que sair de casa e ir para a casa de minha sogra”.

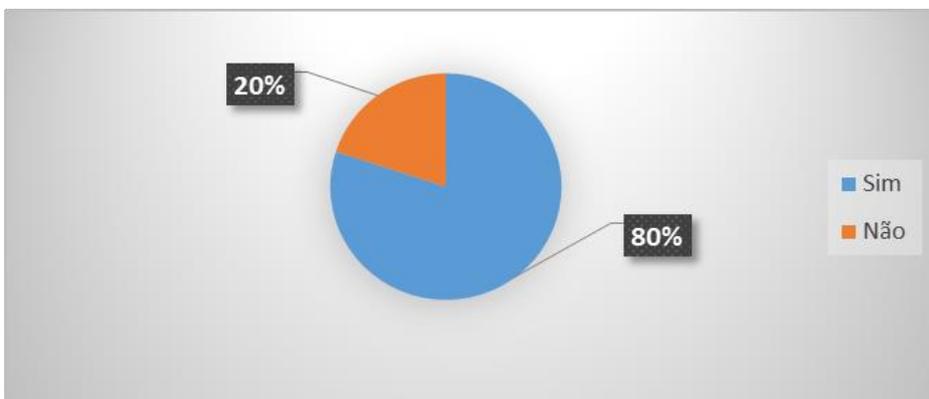
Figura 17-Cheia provocada pela enchente de 2001, na rua Madre Idalina-Nazaré.



Fonte: Arquivo Associação moradores ASAN do bairro do Nazaré 2001

Outro problema que ocorreu durante a enchente, ao observa o gráfico 4, foi a expressiva quantidade de moradores que foram afetados, através do levantamento de dados 80% das residências foram atingidas, os moradores e o líder do bairro confirma que mais de 80% dos moradores abandonaram suas casas, nesta época devido aos desastres da enchente.

Gráfico 4- Quantidade de moradores que foram afetados com a enchente tendo que abandonar suas residências.



Fonte: Jaiane

Martins, 2019.

O secretário de desenvolvimento urbano relatou que houve prejuízos, em todos os aspectos como: “danos estruturais, materiais, evasão dos moradores para abrigos e casas de parentes.” Os moradores ao lembrar-se dessa época menciona com profunda insatisfação, que formam momentos difíceis. “Ficamos desesperados, pois no fundo da minha casa tinha um muro e a água não tinha por onde evacuar, ficando na altura do teto perdemos quase tudo.”

Figura 18- Rio Itapicuru Mirim depois das chuvas fortes de 2001



Fonte: Arquivo Associação moradores ASAN do bairro do Nazaré 2001

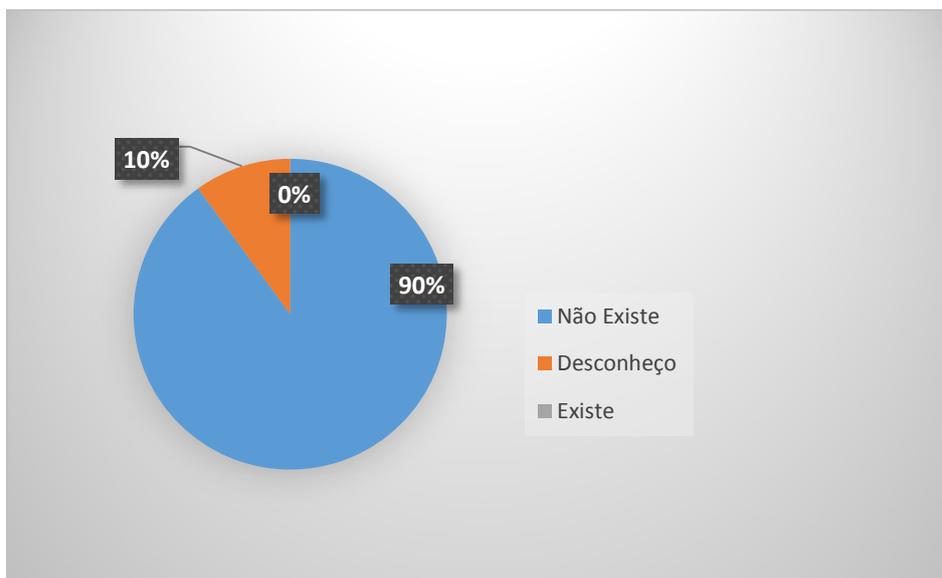
Figura 19- Rua São João Bosco durante a enchente final de 2001



Fonte: pesquisa de Campo, 2019.

É necessário ressaltar que por meio de entrevista ao representante da associação do bairro do Nazaré (ASAN), perguntamos se os moradores fazem reclamações ou solicitam algum tipo de serviço ou projeto que atue na área socioambiental, para assim ajudar nas melhorias do bairro? Ele disse que sim, principalmente junto à prefeitura, entretanto, até o momento nunca houve nem uma intervenção da mesma para amenizar estes problemas. O gráfico 5, destaca que 10% dos moradores desconhece alguma existência de políticas públicas e 90% diz não existir, com base nestes dados fica evidente que a uma deficiência na atuação do poder público em relação a recuperação dos impactos socioambientais ocorrente no bairro Nazaré.

Gráfico 5- Políticas públicas voltadas para recuperação dos impactos socioambientais.



Fonte: Jaiane Martins, 2019.

Sobretudo podemos dizer que as informações obtidas durante esta pesquisa nos permitem analisar como o uso inapropriado do espaço, pode gerar serias consequências para sociedade tais como acontecem no bairro do Nazaré, e como a falta de políticas sociais e planejamento contribuíram para estes resultados. Sendo assim as mudanças só será possível quando o poder público juntamente com a

população assumir o seu papel de cidadão e ter reponsabilidade com o meio ambiente.

3.2 Procedimentos para realização da pesquisa

A área estudada é o bairro Nazaré, este se localiza no município de Jacobina-Bahia, o bairro desenvolveu-se de maneira desordenada, algumas casas ocupando a margem do rio Itapicuru, desse modo, provocando impactos de cunho social e ambiental, portanto é preciso compreender alguns fatores que compõe a estrutura desse bairro para assim observamos o agravamento desse problema. Para desenvolver esta pesquisa, foram definidos objetivos que atendessem a análise do problema, permitindo compreender sobre a relação da habitação em áreas irregulares e de impactos socioambientais que estão sendo causando no Bairro Nazaré, diante de uma complexa ação da sociedade sobre o meio ambiente.

Desse modo, ao decorrer da investigação, descrevemos como se deu a ocupação urbana no Brasil e as políticas públicas ambientais; Analisamos o planejamento urbano da cidade de Jacobina e os problemas socioambientais o caso do bairro do Nazaré; Identificamos alguns impactos socioambientais da ocupação irregular no bairro Nazaré em Jacobina-Bahia, através de observação *In loco* em fotos e assim, buscando perceber os impactos socioambientais causados pela ocupação irregular nesse bairro.

Este estudo tem relevante contribuição nas discussões das questões urbanas e socioambientais, além disso, pode ajudar a orientar a criação de políticas públicas ou ajustes na gestão do uso do solo urbano que venham dar melhorias para os moradores do bairro Nazaré e diminuir os impactos socioambientais naquela área.

Diante da proposta levantada, tivemos como hipótese: com á habitação em áreas como a do bairro Nazaré, que tem casas próximas ao rio Itapicuru, que gera consequências socioambientais, problemas para o rio, provoca a impermeabilização do solo; e algumas pessoas que ali habita quando e em alguns períodos chuvosos pode ter prejuízos financeiros devido as cheias. Diante da hipótese considerada, interpretamos as respostas com o intuito de desvendar os problemas de maneira a comprova-la ou refuta-la.

Para a realização da investigação, de modo que esta se tornasse efetiva e compreensível, pesquisamos sobre a proposta metodológica e optamos pelos métodos e técnicas que atendessem aos objetivos e respondesse as indagações a respeito de: Como os impactos causados pela habitação em áreas irregulares, têm influenciado para o agravamento de problemas socioambientais no bairro Nazaré, na cidade de Jacobina Bahia?

Então em busca de respostas, a pesquisa foi desenvolvida através da abordagem científica de caráter Estudo de Caso, sendo um modelo que permite diferentes abordagens e aplicações, a escolha por esta pesquisa se deu a partir da definição dos objetivos com natureza básica. Conforme Yin (2001, p. 23):

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas.

O Estudo de Caso é um procedimento que organizam dados e informações em seu objeto de estudo, através dos diferentes níveis de análises, da formação de tipos de dados, bem como da interação entre os dados observados e a dimensão temporal em que acontece o fenômeno. O conhecimento teórico é dirigido ao individual e ao particular sendo assim o estudo profundo de um objeto, o bairro Nazaré, de maneira a permitir um amplo conhecimento sobre o mesmo.

Consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa é um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada. (PRODANOV; FREITAS 2013, p.62).

O Estudo de Caso é baseado em várias fontes de evidências e, como qualquer outra estratégia de pesquisa, apoia-se nas proposições teóricas pré-estabelecidas para conduzir a coleta e a análise dos dados. Considerando a sua importância como método de investigação para o campo das ciências humanas e sociais, tende à preservação da condição de complexidade do ser humano. Ao usar essa estratégia metodológica, que deu a possibilidade a ser feito pesquisa *In Loco*, documental, bibliográfica e descritiva.

A pesquisa documental faz parte das pesquisas ciências sociais e humanas, esta é de extrema importância porque as fontes escritas são quase sempre a base do trabalho de investigação; Neste trabalho foi feito buscas em fontes confiáveis.

Houve pesquisas de teorias em livros, revista online, então a investigação ganha características da pesquisa Bibliográfica e este tipo de pesquisa procura analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado assunto ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer pesquisa.

Na investigação também teve as características de: observar, registrar e analisar os fenômenos, assim inserindo a pesquisa descritiva na busca dos conhecimentos.

O método de abordagem que foi usado é a corrente do materialismo histórico dialético, conforme Demo (1985) [...] Na verdade, a dialética baseia-se em dois termos - tese. E antítese - sendo a síntese simplesmente a nova tese. (DEMO, 1985, p. 87). Assim tendo a característica de demonstrar e confrontar ideias instigando o posicionamento crítico, caracterizando-se pela indução e dedução,

A abordagem do problema se dará de forma quanti-qualitativa logo, se caracteriza como objetiva e subjetiva, já que o procedimento da pesquisa estudo de caso é a corrente do materialismo histórico dialético permite essa relação entre o qualitativo e o quantitativo, e a apresentação dos resultados se darão em mapas, entrevistas, citações das falas dos sujeitos e gráficos.

A técnica de coleta de dados foi por meio de entrevista e questionário, de 09.08 ao dia 23.08 de 2019, com moradores e o líder do bairro, que residem no local desde que houve a enchente em 2001, na aplicação dos questionários, foi definido uma amostra de 30 pessoas, os quais representarão a amostragem probabilística, ou seja, foi determinado número de pessoas escolhidas para participar da pesquisa e que representaram o todo da população que mora nesse bairro. Em relação às entrevistas, foram realizadas através de visitas para manter o contato, em algumas casas deixamos a entrevista para o morador responder por escrito, em outras eles responderam oralmente e escrevemos o que estavam falando, essas vistas, também foram com o intuito de perceber a estrutura do bairro através de fotografias e registros sobre do objeto. Houve também entrevista e questionário com a prefeitura. Depois da coleta dos dados, foram iniciadas as interpretações, através de análise das informações, análise estatística e a que serão

apresentados em seguida por meio da transcrição das respostas dos moradores, análise de conteúdo e fundamentadas pelas teorias existentes.

Contudo, nesse trabalho fez-se observação in loco, bibliográfica, documental e entrevistas com moradores, líder do bairro e na prefeitura, tendo investigação em livros da biblioteca ou encontrados de forma digital; em artigos, revistas e trabalhos científicos disponíveis na internet; foram feitos levantamentos de informações e análise de leis e estatutos relacionados à temática da pesquisa encontrados em rede, visando buscar o fundamento legal referente à temática trabalhada; procuramos informações e dados disponibilizados por sites, livros, e revistas do IBGE; consulta em matérias da prefeitura, foram tiradas fotografias do objeto em estudo. Desse modo, as informações e dados levantados foram analisados a partir do referencial teórico, procurando a partir desses procedimentos alcançarem aos objetivos desta pesquisa e assim ter respostas para a problemática levantada nesse estudo. Assim os procedimentos utilizados na investigação propiciaram na busca do conhecimento disponível e foi utilizado para a construção e fundamentação das hipóteses. Então esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da pesquisa e através dos resultados apresentados, foi possível formar considerações acerca das habitações em áreas irregulares, já que, o estudo sobre a ocupação destes espaços urbanos, tem proporcionado importantes discursões para a compreensão da sociedade em que vivemos. Diante do histórico da urbanização brasileira, com a ausência de políticas públicas efetivas a falta de organização na formação e ocupação dos espaços resulta em problemas socioambientais como aconteceu no bairro do Nazaré, fazendo-se necessário refletir sobre essas questões com maior aprofundamento no âmbito da ciência geográfica.

Ficou evidente que a falta de planejamento urbano e o não cumprimento de leis ambientais, como: o código de água e código florestal torna-se crescente o número de problemas causados pelas ocupações irregulares em áreas de

preservação permanente, pois o meio natural ao ser modificado causa grande desequilíbrio ambiental, sendo assim, nesta pesquisa foram identificados sérios problemas urbanos e impactos socioambientais causados pela interferência da ação do homem, principalmente, ao não respeitar os limites da natureza construindo habitações em locais inadequados.

A partir dos estudos e análise realizado na ocupação e contexto histórico da cidade de Jacobina Bahia, e do bairro Nazaré, fica perceptível que a ocupação do solo nesta área foi feita de maneira desordenada, sem planejamento, onde as casas foram construídas em áreas de risco muito próximas às margens do rio Itapicuru Mirim, este fator trouxe impactos e desastres, como a enchente que ocorreu no bairro, resultado na evasão dos moradores, danos materiais e conseqüentemente ambientais.

Um fator importante que foi observado é a falta de acompanhamento fiscal nestas habitações, e a falta de projetos sociais que atenda a necessidade dos moradores do bairro, pois na maioria das ruas apresenta problemas de infraestrutura, não existindo rede de drenagem pluvial eficiente, verifica-se ainda à falta de saneamento básico adequado, pois o despejo dos esgotos é feito diretamente no rio Itapicuru Mirim, ocasionado assim mais impacto socioambiental tal como a poluição do rio, impermeabilização do solo, alagamento das ruas e insurgências de isentos e doenças aos moradores.

É possível identificar através deste estudo que as interferências do homem ao meio trazem conseqüências e danos negativos, pois ao ocupar esta área os moradores prejudicam a natureza ao jogar lixo e entulho no rio, realizam queimadas e faz a retirada da cobertura vegetal do solo fato que está acontecendo atualmente com a instalação do novo empreendimento no local. Então é notório que todos esses impactos podem ser fatores, que ajudem a propiciar enchentes, como a ocorrida no final de 2001, que causou sérios prejuízos aos moradores do bairro em estudo.

Mediante ao estudo, que teve como hipótese: habitações construídas próximas ao córrego do rio Itapicuru Mirim que em épocas chuvosas muitas ruas chegam a ficar alagadas surgindo à potencialidade de terem as vidas dos moradores em risco assim como as moradias; esta foi confirmada e assim percebermos que o conjunto das práticas feitas pela ocupação irregular, gera proporções desfavoráveis tanto para a natureza, quanto para o homem.

Diante disso, no intuito de amenizar os impactos e agravamento de problemas socioambientais causado pela habitação irregular no bairro do Nazaré, é necessário que se faça reflexões e compreensão que o espaço natural é um bem que pertence a todos e que precisa ser protegidos, portando é preciso à combinação de políticas públicas e planejamentos adequados da parte do poder público, pois apenas dispor o PDDU não é suficiente para alcançar a melhoria da cidade, o mesmo, deve ser colocado em prática assim podendo cumprir a função social do município.

Para que haja um bom funcionamento das políticas públicas e das habitações urbanas é fundamental que tenha uma fiscalização por parte dos órgãos competentes, assim como projetos voltados para conservação e recuperação tanto do rio como de todo meio que foi prejudicado.

Contudo esta pesquisa contribui para mostrar que os problemas urbanos de caráter socioambientais, estão associados com as atitudes da sociedade ao longo do tempo, assim, observamos que os aspectos do espaço urbano são complexos; e ao analisar o objeto de estudo, é apontando os problemas causados pela habitação irregular, espera-se que o poder público tome medidas, para amenizar dos impactos socioambientais, e proporcionar maior qualidade de vida aos moradores do bairro, por fim este trabalho tem a pretensão de ser visto como uma porta para discussões e assim propulsione melhorias para o meio ambiente e na vida da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998): **Constituição da Republica Federativa do Brasil:** Atualizada até a EC n. 99/2017, 2018. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 28/04/2019.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição Federativa do Brasil:** artigo 170, inciso VI. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso.05/05/2019.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição Federativa do Brasil:** artigo 225. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso. 05/05/2019.

BARSIL. **DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm. Acesso em: 11/06/2019.

BRASIL. **LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 04/05/2018

BARSIL. **LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 12/06/2019.

BRASIL. **Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF. 10 de julho de 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 17/06/2019.

BRASIL. **LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.** Disponível em :

<http://www.botuvera.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/lei-12651-2012-codigo-florestal.pdf>. Acesso em: 07/06/2019.

BRASIL, **LEI Nº 788, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006.** Disponível em:

<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro14738/documento%201.pdf>. Acesso em: 24/07/2019.

CARDOSO,S.A.M. Projeto ACIJA-Uma alternativa para Jacobina. *In:*

BRANDÃO,M.A; CARDOSO,S.A.M (Org).**Jacobina:** passado e futuro. Jacobina-Ba: ACIJA,1993.p.104.

CÓDIGO FLORESTAL. **LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965: Institui o novo Código Florestal,** [2006?]. Disponível em:

https://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/federal/leis/1965_Lei_Fed_4771.p. Acesso em 29/04/2019.

CUNHA, S. B. Sistemas naturais de Grandes rios: degradação e recuperação. In: ELIAS, D. ; LIMA, L.C.; SILVA, J. B. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo : Annablume, 2006. p. 319.

DAMIANI, A.I. As contradições do espaço: da lógica (formal) á (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: CARLOS, A. F. A; DAMIANI, A. L; SEABRA, O. C. L. (Org.). **O ESPAÇO NO FIM DO SÉCULO**: a nova raridade. São Paulo: contexto, 1999. p.48-50.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FMN – FUNDO MUNDIAL DA NATUREZA. **Novo código florestal brasileiro**: guia para tomadores de decisão em cadeias produtivas e governos. 1ª Edição. – Brasília, 2016. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_guia_do_novo_codigo_florestal.pdf. Acesso em: 05/06/2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de informações do Censo Demográfico 2018**: resultados do universo por setor censitário. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/panorama>. Acesso em: 28/03/2019.

INMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS . **CBH Itapicuru**: caracterização da bacia. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-itapicuru/>. Acesso em: 02 /06/ 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. In: Adriana Maria Magalhães de Moura. (Org.). **Trajetória da política ambiental federal no Brasil**. – Brasília: Ipea, 2016. 13-43. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160719_governanca_ambiental.pdf. Acesso em: 02 /06/ 2019.

JACOBINA. Prefeitura Municipal de Jacobina. **LEI Nº. 788, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Jacobina. Jacobina: 2006.

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA. **Rio trasborda e inunda Jacobina de problemas**. Jacobina- Bahia: Jacográfica serviços gráficos Ltda, 26/01/2002. 01/09/2019 fotos e informações utilizadas desse jornal. p. 2-3.

LEMOS, Doracy Araújo. **Jacobina, sua história sua gente**. Jacobina,1995.

POMPÊO, C. A. **Drenagem Urbana Sustentável**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos / Associação Brasileira de Recursos Hídricos, v. 5, no. 1, pag. 15-23, Porto

Alegre, RS, 2000. Disponível em: https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Sumarios/46/c6be0bdb36e71f441b574b6a63d5a75a_2d24ccc39dcc0666232d4d538fcef31f.pdf. 29/08/2019.

Portal da Prefeitura Municipal de Jacobina. **HISTÓRIA: Jacobina sua história**. Disponível em: <http://www.jacobina.ba.io.org.br/historia>. Acesso em: 20/07/2019.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. **Pesquisa Científica**. In: Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo, RS: FEEVALE, 2013. p. 42 – 78.

RESOLUÇÕES. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986**, 03/09/2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/res-conama-01-1986.pdf>. Acesso em 29/04/2019.

SANTOS, Milton, **A urbanização Brasileira**, ed. Hucitec. 1993.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS . **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.Vol.7.Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%3%9ABLICAS.pdf>. Acesso em: 23/05/2019.

SILVA, J.B. Estatuto da Cidade versus estatuto da Cidade - Eis a questão. In: CARLOS, A.F.A; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.p.34.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. Repensando a Geografia. 13. Ed. Contexto, São Paulo 2001.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In O Processo de Urbanização no Brasil: falas e façanhas. 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/92685060/Uma-contribuicao-para-a-historia-do-planejamento-urbano-no-Brasil-Flavio-Villaca-In-O-processo-de-urbanizacao-no-Brasil>. Acesso em: 04/05/2018.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Ed. Bookmam. 2001.

APÊNDICE**APÊNDICE- A****QUESTIONÁRIO APLICADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA-
BAHIA**

PESQUISA: Habitação em áreas irregulares no bairro do Nazaré na cidade de Jacobina-Bahia.

Aplicadores: _____

Local: _____ Data ____/____/____

1. Como se deu o processo de ocupação Urbana do Bairro Nazaré? Justifique sua resposta.

Planejado

Desordenada

2. Qual a quantidade de moradores aproximadamente que residem no bairro atualmente?

De 1.000 á 5.000

De 5.000 á 10.000

10.000 á 15.0007

Outros _____

3. Quantas ruas existem no Bairro do Nazaré?

10 ruas

15 ruas

20 ruas

Outras _____

4. Todas as Ruas do Bairro do Nazaré são pavimentadas?

Todas apresentam pavimentação;

Apenas Três ruas não possuem pavimentação;

Todas apresentam pavimentação inclusive de ótima qualidade;

Outros _____

5. Já houve algum problema socioambiental por causa das habitações no bairro do Nazaré? Se sim qual?

Não

sim _____

6. No bairro Nazaré existe alguma habitação construída em área de risco ou muito próxima ao rio?

Não

Sim

7. A habitação dos moradores no bairro Nazaré causa algum dano ao rio Itapicuru? Justifique.

Não Sim

8. Com que frequência é efetuada a coleta de lixo no Bairro do Nazaré?

Duas vezes por semana Durante todos os dias da semana
 Não há coleta de lixo

9. Como é descartado o esgoto doméstico?

Fossa Rede geral Jogado na rua Outros_____

10. A infraestrutura do Bairro do Nazaré esta de acordo com o código ambiental? Justifique sua resposta

Sim Não

11. No planejamento do Bairro do Nazaré houve a preocupação com o meio ambiente? Se, aconteceu cite onde.

Não Sim

12. Existem casos de moradores no bairro Nazaré que adquiriram doenças devido habitarem próximo ao rio?

Sim Não

13. Os moradores fazem reclamações ou solicitam algum tipo de serviço que atue na área socioambiental para aquele bairro?

Sim Não

14. Por causa dos problemas causados pela enchente do ano de 2001, houve evasão de moradores do bairro?

Sim Não

APÊNDICE-B

ENTREVISTA APLICADA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA-BAHIA

PESQUISA: Habitação em áreas irregulares no bairro do Nazaré na cidade de Jacobina-Bahia.

Aplicadores: _____

Local: _____ Data _____/_____/_____

1. A partir de que ano o bairro Nazaré começou a ser ocupado?

2. Quais foram às principais consequências da enchente para o bairro Nazaré em 2001?

3. O que influenciou para o agravamento de problemas socioambientais no bairro Nazaré?

4. Os moradores reclamam sobre a poluição do rio Itapicuru, no trecho em que passa pelo bairro Nazaré?

5. Existe algum órgão fiscalizador que acompanha as construções feitas pelos moradores próximas ao rio?

6. A prefeitura possui algum o projeto voltado para a questão socioambiental que ocorre no bairro do Nazaré? Qual(s)

APÊNDICE-C

ENTREVISTA APLICADA AOS MORADORES DO BAIRRO NAZARÉ

PESQUISA: Habitação em áreas irregulares no bairro do Nazaré na cidade de Jacobina-Bahia.

Aplicadores: _____

Local: _____ Data ____/____/____

1- Quanto tempo mora aqui no bairro e o que o levou a residir aqui?

2- Quando aconteceu a enchente de 2001 o senhor(a) já morava aqui? Teve algum problema nesse período relacionado a este fato?

3- Quais os principais problemas ocasionados pela proximidade das casas ao rio?

4- É comum observar o lixo produzido pelos moradores, sendo jogado na parte do rio Itapicuru que passa pelo bairro?

5-Como é efetuada a coleta de lixo aqui o bairro?

6- O senhor (a) observa se nesse bairro tem algum órgão de fiscalização relacionado aos problemas socioambientais ?

APÊNDICE-D

**QUESTIONÁRIO APLICADADO COM OS MORADORES DO BAIRRO NAZARÉ
EM JACOBINA-BAHIA**

PESQUISA: Habitação em áreas irregulares no bairro do Nazaré na cidade de Jacobina-Bahia.

Aplicadores: _____

Local: _____ Data ____/____/____

1- Qual seria o principal motivo da enchente de 2001?

- Rompimento da barragem
- excesso de Chuva
- Deposito de lixo no rio.

2- Sabe informar se todas as residências foram atingidas pela enchente?

- Sim
- Não

3- O senhor (a) tem medo que ocorra uma nova enchente, como a que já aconteceu nesta área?

- Sim
- Não
- Não sei informa

4- Como é descartado o esgoto doméstico?

- No rio
- Rede Geral
- fossa.

5- A senhora já observou se tem algum projeto para reparar os impactos sócio ambientais causados pela habitação do bairro?

- Não existe
- Desconheço
- existe

Eu, _____ certifico-me que as informações aqui apresentadas são de caráter verídico, diante disso, autorizo a divulgação das mesmas, desde que, o meu nome seja preservado. Entrevista realizada por: Jaiane Lima Martins e Rafaela Lima Da Cruz, alunas regularmente matriculadas no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, na Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus IV/Jacobina, como parte da avaliação no Componente Curricular – Trabalho de Conclusão de Curso II, sob a orientação do Professor Carlos Lima Ferreir; Jaiane Lima Martins (74) 9 9945-4761 moradora da Rua São Cristovão nº 168, Caeira, Rafaela Lima da Cruz (74)98108-9250, residente no bloco 11 apartamento 03, conjunto habitacional cidade do ouro em Jacobina – Bahia.

APÊNDICE-E

Figura 20- Habitação em área de risco



Fonte: Rafaela Lima (2019)

APÊNDICE-F

Figura 21- Área próxima ao rio Itapicuru Mirim em período de estiagem.



Fonte: Rafaela Lima, 2019.

Figura 22- Área próxima ao rio Itapicuru Mirim em período de chuvoso.



Fonte: Rafaela Lima, 2019.

Figura 23- Habitação construída sem respeito a distância de 30m do Rio em Período em estiagem



Fonte: Jaiane Lima, 2019.

Figura 24 – Habitação construída sem respeitar a distância de 30m do rio em Período chuvoso.



Fonte: Jaiane Lima, 2019.